



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

*Versão para registro histórico*

*Não passível de alteração*

CPI - VIOLÊNCIA CONTRA JOVENS NEGROS E POBRES			
EVENTO: Audiência Pública	REUNIÃO Nº: 0758/15	DATA: 01/06/2015	
LOCAL: Assembleia Legislativa do Estado do Espírito	INÍCIO: 09h26min	TÉRMINO: 13h48min	PÁGINAS: 91

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO

ANDRÉ DE ALBUQUERQUE GARCIA - Secretário de Segurança Pública e Defesa Social do Estado do Espírito Santo — SESP.  
VIVIAN MEIRA - Representante do Observatório Capixaba de Juventude e do Coletivo de Mulheres Negras Aqualtune.  
CLEYDE RODRIGUES AMORIM - Coordenadora do Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros da Universidade Federal do Espírito Santo — UFES, representante do Reitor.  
LUIZ INÁCIO SILVA DA ROCHA (Lula) - Representante do Fórum Estadual de Juventude Negra do Espírito Santo — FEJUNES.  
GUTEMBERG EVANGELISTA GUEDES - Secretário Internacional do Instituto Intersindical para Assuntos de Promoção da Igualdade Racial da América Latina e Presidente do Conselho de Promoção da Igualdade Racial de Cachoeiro de Itapemirim.  
VIVIAN SILVA DE ALMEIDA - Defensora Pública representante da Defensoria Pública do Estado do Espírito Santo.  
ARILSON VENTURA - Coordenador Nacional das Comunidades Quilombolas — CONAQ.  
EVALDO FRANCA MARTINELLI - Secretário de Ações Estratégicas do Estado do Espírito Santo.  
LOURENCIA RIANI - Vice-Prefeita de Serra, Espírito Santo.

SUMÁRIO

Levantamento de informações no Estado pertinentes ao trabalho da Comissão.

OBSERVAÇÕES

Há oradores não identificados em breves intervenções.  
Houve intervenções fora do microfone. Inaudíveis.  
Houve reprodução de áudio.  
Reunião realizada na Assembleia Legislativa do Estado do Espírito Santo.



**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Reginaldo Lopes) - Havendo número regimental, damos início à audiência pública da Comissão Parlamentar de Inquérito, com vistas a apurar as causas, razões, consequências, custos sociais e econômicos da violência, morte e desaparecimento de jovens negros e pobres no Brasil.

Em 30 de março foi aprovado o Requerimento nº 5, de minha autoria, que *“requer que sejam realizadas audiências estaduais para levantamentos de diagnósticos, informações, oitivas e diligências pertinentes ao trabalho da Comissão nos Estados”*.

Esta audiência foi subscrita pelo Deputado Dr. Jorge Silva e pelo Deputado Evair de Melo, que são do Estado de Espírito Santo e participam conosco desta CPI. Desde então a CPI já visitou os Estados do Rio de Janeiro, Bahia, Alagoas e, agora, o Espírito Santo. Também estão previstas diligências em Minas Gerais, Paraíba, São Paulo, Pará e Rondônia.

Quero aproveitar para convidar para tomarem assento à mesa os Deputados autores do requerimento: Deputado Dr. Jorge Silva, que já está aqui conosco — muito obrigado, Deputado — e o Deputado Evair de Melo, que também já está conosco; a nossa Relatora, Deputada Rosângela Gomes, que está aqui ao nosso lado; o Deputado Givaldo Vieira; o Deputado Luiz Couto, sempre à nossa direita; e o Deputado Delegado Edson Moreira.

Vamos fazer uma abertura com os Deputados membros e os que estão aqui presentes. Logo depois, começaremos uma segunda Mesa, com os nossos convidados. Assim que terminarmos a segunda Mesa, nós vamos ouvir a sociedade do Espírito Santo.

Vou passar a palavra à nobre Relatora e depois a cada Deputado. Também falarei um pouco sobre os objetivos da CPI, e iniciaremos a segunda Mesa.

Quero também agradecer a presença do Deputado Nunes e do Deputado Padre Honório. Muito obrigado por suas presenças aqui.

Com a palavra a Relatora da nossa CPI, Deputada Rosangela Gomes, do PRB do Estado do Rio de Janeiro.

**A SRA. DEPUTADA ROSANGELA GOMES** - É sempre uma responsabilidade já começar falando. Bom dia a todos e a todas, bom dia a todas as mulheres aqui presentes. Eu queria fazer um cumprimento especial à coordenadora



estadual do PRB Mulher, Dona Marilene, na pessoa de quem cumprimento todas as mulheres aqui presentes. Quero cumprimentar o Presidente da CPI da Violência contra Jovens Negros e Pobres, Deputado Reginaldo Lopes, Presidente atuante, homem experimentado, homem que ajudou a construir o Estatuto da Juventude no nosso País, a Secretaria de Políticas para Jovens também e que agora, de forma bastante dedicada e devotada, vem trabalhando no País inteiro para que a gente possa equacionar e sanar um pouco os casos dos assassinatos que encontramos em nosso País. Quero cumprimentar ainda o Deputado Delegado Edson, que sempre está presente às oitivas nos Estados de forma firme, dando a sua contribuição, homem com vasta experiência em segurança pública e sempre sensível à causa dos mais necessitados. Não obstante, também cumprimento o Deputado Luiz Couto, esse homem que defende o aflito e necessitado, muito atuante e preocupado com as questões sociais, e o nosso querido Deputado do Estado, também atuante defensor da população e do País, Deputado Dr. Jorge Silva. Cumprimento ainda o Deputado Evair de Melo, também muito dedicado ao nosso lado nas Comissões, no Plenário, nas votações, defendendo nossa Pátria.

Conheci hoje o Deputado Givaldo Vieira, juntamente com o Deputado Nunes e o Deputado Padre Honório. Conheci hoje e também quero cumprimentar de forma especial os representantes da juventude do PT e todos aqui presentes. Também cumprimento o Vereador de Serra, do meu partido, o Vereador Ricardo, a quem tenho a honra de conhecer e trabalhar por mais de 20 anos. Para mim é uma satisfação estar aqui com V.Sa., Vereador.

Meu nome é Rosangela Gomes, sou Deputada pelo Estado do Rio de Janeiro, estou exercendo meu primeiro mandato como Deputada Federal e tive a satisfação de ser convidada pelo Presidente Reginaldo Lopes para ser Relatora desta CPI que trata de assassinatos de jovens negros e pobres, que é um tema que, infelizmente, o nosso País ainda não conseguiu equacionar.

Nós, na CPI, juntamente com os outros pares, através da nossa relatoria, aprovamos um plano de trabalho, contendo algumas fases. A fase introdutória, a inicial, seria ouvirmos os acadêmicos, pesquisadores, representantes de organizações, familiares, representantes de agremiações, instituições e a população de uma forma geral.



O segundo passo seria fazermos as oitivas nos Estados, para ouvir a demanda da sociedade e das famílias. Fizemos oitivas no Rio de Janeiro, no Estado da Bahia, na cidade de Salvador, com desdobramento em Itabuna, em Alagoas e, agora, temos a satisfação de estar aqui, mas a tristeza da ciência de que o Espírito Santo é um dos Estados que puxa o *ranking* de homicídios de jovens, que está no topo da lista de homicídios de jovens negros e pobres.

Então, hoje, queremos aqui de forma bastante verdadeira e firme ouvir o Estado, a sociedade, para que nós possamos, ao final da nossa relatoria, entregar à sociedade um plano de trabalho, uma norma com o que possamos combater a violência e também contribuir com a sociedade, no que tange a fazermos uma prestação de serviço justa à população do nosso País.

Para mim é uma satisfação, mais uma vez, estar aqui nesta Casa. Já estive aqui, Presidente, outras vezes com as mulheres do meu partido, fazendo debates em defesa dos direitos das mulheres e, hoje, através da CPI, volto para fazer um debate com relação à defesa da nossa juventude negra e pobre.

Que tenhamos hoje um debate profícuo, produtivo, justo, para que possamos dar qualidade de vida à nossa população!

Obrigado a todos e a todas por comparecerem aqui e por fazerem parte do nosso trabalho.

Muito bom dia!

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Reginaldo Lopes) - Bom dia! Obrigado, Deputada.

Quero passar a palavra ao Deputado Givaldo Vieira, porque ele tem um compromisso. Assim passo-lhe a palavra para que faça suas saudações.

**O SR. DEPUTADO GIVALDO VIEIRA** - Bom dia a todos. É com alegria que recebemos aqui a CPI sobre o extermínio de jovens negros no Brasil: o Deputado Reginaldo Lopes, nosso querido amigo de Minas Gerais; igualmente a Deputada Rosângela, Relatora; o Deputado Luiz Couto, querido amigo também; o Deputado Delegado Edson, mineiro. Eu quero cumprimentar especialmente o Deputado Dr. Jorge Silva e o Deputado Evair de Melo, capixabas, que se colocaram com muita energia nesse tema tão importante, tão sensível para o País e para o nosso Estado.



Cumprimento igualmente os representantes do Governo, na pessoa do Secretário André. Cumprimento o Deputado Nunes, o Deputado Padre Honório, os diversos Vereadores da Região Metropolitana, a Vice-Prefeita Lourença, as lideranças da sociedade civil.

Hoje, pela manhã, participei na Arquidiocese de uma missa voltada para os cristãos na política. A primeira leitura foi do livro de Tobias II, que narra uma festa organizada por Tobit, que manda seu filho convidar pessoas influentes de outras tribos para participar da festa. O filho vai e volta, dizendo que na praça pública havia o corpo destroçado de um filho de Israel. E Tobit se levanta, sem comer, vai corajosamente recolher o cadáver, o que não lhe era permitido fazer, e o esconde para sepultá-lo após o pôr do sol. E ele se lembra das palavras de Amós dizendo que os seus dias de festa se transformarão em dias de luto. Essa leitura chamou muita a minha atenção para essa situação que a CPI está enfrentando neste momento. São milhares os cadáveres, principalmente dos jovens negros colocados nas ruas e praças públicas do nosso País. Precisamos assumir uma postura, porque isso não é aceitável, num momento de festa, no sentido de que o nosso Estado prospera, o País prospera. Isso não significa festa nem comemoração, se nós estamos convivendo com essa triste realidade.

Eu faço uso da palavra tão somente para cumprimentar o Deputado Reginaldo Lopes, pela coragem de propor à Câmara o enfrentamento de um tema tão difícil. Nós temos conversado muito. Ele tem o propósito de que esta CPI não só apure e coloque essa realidade que já é conhecida, mas que esta CPI resulte numa mobilização nacional, num pacto nacional de enfrentamento dessa situação, porque nós precisamos de uma postura, claro, da sociedade, mas principalmente dos poderes públicos e de todas as esferas, porque nós não toleramos mais essa situação que aflige o País e, lamentavelmente, aflige o nosso Estado de uma maneira muito grave, assim como Alagoas e outros Estados. Mas o Espírito Santo tem neste quesito uma referência extremamente preocupante, assim como na violência de um modo geral e na violência contra a mulher.

Eu quero contribuir, colaborar com a CPI. Na Câmara dos Deputados nos envolvemos com diversas atividades. Não é possível tocar todas ao mesmo tempo.



Eu sou Relator da Comissão Especial da Crise Hídrica, uma questão que também aflige muito o nosso Estado, e estou em outras atividades.

E, para finalizar, eu queria destacar a postura da nossa bancada federal. Nossa bancada tem-se envolvido em temas de grande relevância. Aqui são dois capixabas discutindo esse tema. Na Comissão de Educação, nós somos quatro membros efetivos de uma bancada de dez. Na área da agricultura, liderados pelo Deputado Evair de Melo, nós estamos muito presentes. Em todas as áreas mais sensíveis para nossa população capixaba, a nossa bancada está ali de uma maneira geral muito presente, muito ativa. Fico motivado não só ao ver aqui a CPI, mas ao ver que ela chega aqui por mãos de valorosos Deputados capixabas, sensíveis e preocupados com essa questão.

Desejo um bom trabalho. Que a sociedade civil aqui possa ser ouvida — e ela tem muito a dizer sobre o que vivemos aqui —, para que a CPI leve daqui a realidade, o retrato e as propostas para superação desse triste desafio que temos pela frente. Embarco às 11h50min para Brasília, tenho que comparecer a outro compromisso agendado e, por isso, não vou poder ficar até o final dos trabalhos. Mas o Deputado Reginaldo sabe que pode contar com o meu empenho e minha colaboração nesse importante trabalho.

Obrigado! E bom dia de trabalho a todos. (*Palmas.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Reginaldo Lopes) - Obrigado, Deputado Givaldo Vieira, pela participação. V.Exa. tem acompanhado e pedido sempre informações sobre os trabalhos da CPI.

Nós temos uma próxima Mesa, mas, devido ao compromisso do Secretário de Segurança Pública e Defesa Social, nós vamos ouvi-lo primeiro. Depois nós vamos continuar a fala dos membros da CPI da Câmara dos Deputados e, logo após, nós vamos iniciar a segunda Mesa.

Mas, antes, eu só quero falar aqui para o Plenário, como também para o Secretário de Segurança, que um dos objetivos da CPI é mexer no sistema federativo sobre segurança pública. Nós entendemos que os Municípios e a União não podem ficar omissos em relação à elaboração, em relação à sua responsabilidade compartilhada sobre o tema “segurança pública”.



A ideia é que a CPI possa apresentar uma proposta de emenda à Constituição para fazer um novo sistema federativo, um novo pacto federativo em relação à segurança pública. Mais do que isso, nós queremos também que o tema segurança pública seja de responsabilidade de toda a sociedade brasileira e que esse tema segurança pública possa ser de domínio da sociedade brasileira. Hoje, está muito restrito a quem trabalha com o tema segurança pública, com os agentes de segurança pública. E, na verdade, o cidadão recebe a política e a concepção sobre segurança pública. Entendemos que, em todo o processo, o cidadão deveria participar da sua concepção, da sua elaboração, da sua inteligência, da sua estratégia.

Queremos constitucionalizar a responsabilidade de Municípios, Estados e União, para a construção de seus planos decenais em relação a esse tema, em especial em relação ao enfrentamento dos homicídios. No Brasil, a taxa nacional é de 29 homicídios para cada 100 mil habitantes, mas há oito Estados com uma taxa acima de 100. É o caso do Espírito Santo, onde a taxa é acima de 100 homicídios. A Organização das Nações Unidas considera que, acima de 10 homicídios, é uma guerra civil. No Brasil, nos últimos 5 anos, houve mais mortes do que nos 62 conflitos internacionais. Portanto, o Brasil precisa enfrentar isso.

A ideia é que a CPI possa apresentar um plano nacional de enfrentamento ao homicídio. O Ministério da Justiça já convidou todos os Srs. Secretários para ajudar a pensar esse plano nacional. Nós queremos que esse plano nacional não seja do Governo da Presidente Dilma, mas do Estado brasileiro. E a ideia também é que, mais do que apresentar um plano nacional, nós queremos fazer um pacto republicano a favor da vida. Esse pacto republicano tem que envolver todos os Poderes, para que possamos, toda a sociedade brasileira, nos próximos 10 anos, reduzir essa taxa de homicídio para a casa de um dígito. O ideal seria zero, mas que essa taxa seja de 9 ou 8. Acho que Brasil tem condição de fazer esse pacto.

É evidente que esse desafio é maior enquanto há um recorte por idade, o recorte geracional, por raça e por alguns territórios, porque a violência no Brasil tem cor, tem território, tem gênero — 93% são meninos. Precisamos também de um desafio maior: ter o foco sobre a proteção da vida dos nossos jovens, negros e



pobres, porque, quando fazemos o recorte geracional, chegamos à casa de 60 homicídios para cada 100 mil habitantes no Brasil.

Então, Relatora, acho que os grandes desafios que estão colocados são o nosso sistema federativo e esse plano nacional de metas.

A ideia — nós temos dois Deputados Estaduais aqui, o Deputado Padre Honório e o Deputado Nunes — é criarmos um movimento para tirar esse tema da invisibilidade, nós precisamos fazer isso. Esse tema não ganha as páginas dos jornais e nem a mídia, porque no Brasil está naturalizado matar negro e pobre. Ninguém reclama, se for rico e branco. Eu não desejo a morte de ninguém. A vida é um dom de Deus, ninguém tem o direito de tirá-la. Mas hoje no Brasil, infelizmente, naturalizou-se.

A *Folha de S. Paulo* publicou um editorial nesses dias questionando quais são as razões do silêncio da sociedade brasileira perante tanto cadáver, como colocou o Deputado Givaldo aqui. Esse editorial da *Folha de S. Paulo* falava das manifestações em Baltimore, nos Estados Unidos, e dizia que, em relação a mortes promovidas por agentes de segurança pública lá, são necessários 30 anos para se chegar ao número de mortes promovidas por agentes de segurança pública aqui no Brasil em 5 anos. O Brasil está achando que isso é tudo natural. A sociedade brasileira naturalizou. Precisamos desnaturalizar a morte dos jovens, negros e pobres no Brasil.

Portanto, Deputado Honório e Deputado Nunes, espero que a Assembleia Legislativa do Espírito Santo possa constituir uma Comissão Especial, para que esse debate não termine neste evento, mas que possa virar um movimento para colocar esse tema na pauta. E, ao final dos trabalhos dessa Comissão Especial da Assembleia Legislativa do Espírito Santo, junto com o trabalho da CPI, seja possível apresentar um plano estadual, decenal, pactuado também com todos os Poderes, para a redução dos homicídios no Estado do Espírito Santo, que é o segundo Estado com o maior número de homicídios, de acordo com o mapa da violência.

Portanto, eu quero aqui agradecer a presença de todos. Quero passar a palavra depois para os Deputados Estaduais presentes, mas quero fazer esse apelo para que os senhores constituam essa Comissão Especial aqui na Assembleia Legislativa.



---

Convido para usar a tribuna o Sr. André de Albuquerque Garcia, Secretário de Segurança Pública e Defesa Social. (*Palmas.*)

**O SR. ANDRÉ DE ALBUQUERQUE GARCIA** - Bom dia a todos. Bom dia às senhoras aqui presentes, às mulheres. Meus cumprimentos à Mesa, na pessoa do seu Presidente, Deputado Reginaldo; à bancada capixaba — Deputados Evair de Melo, Givaldo Vieira, Dr. Jorge Silva; e aos Deputados Estaduais aqui presentes, José Carlos Nunes e Padre Honório. Cumprimento os representantes de entidades de defesa de direitos humanos, dos direitos dos jovens, os militantes que estão trabalhando todos os dias, enfrentando essa questão.

Cumprimento os representantes do Governo do Estado também, na pessoa do Secretário Evaldo Martinelli, responsável pela construção dessa política, junto com o Vice-Governador César Colnago, neste momento importante em que nós estamos discutindo esse tema, para construir uma política pública voltada para a redução da criminalidade violenta, especialmente dos homicídios. O Secretário Evaldo Martinelli é Secretário de Estado de Ações Estratégicas, uma Secretaria importante que foi mantida pelo Governador Paulo Hartung com esse propósito. Também cumprimento nossa Chefe da Polícia Civil, Dra. Gracimeri, que está presente, representando a Secretaria de Segurança Pública.

Peço desculpas, inicialmente, pela minha fala fora do roteiro previsto pelo cerimonial. Em virtude de alguns episódios e de uma agenda preestabelecida já há algum tempo, eu estou participando de dois eventos ao mesmo tempo e também há a necessidade de minha presença na Secretaria para outra questão. Mas eu fiz questão de vir aqui. Estamos com um evento, inclusive, com o IPEA hoje, para discutir estatísticas de homicídios relacionados aos negros e aos pobres no Estado. Fará parte da discussão o pesquisador, Dr. Daniel Cerqueira, que é o Diretor de Pesquisa do IPEA, que vai trabalhar junto com o Governo, com os dados do Espírito Santo.

Mas eu fiz questão de vir aqui primeiro para reforçar a crença de que nós precisamos construir de fato alguma solução para o nosso problema, que é um problema histórico no Espírito Santo. Não é de agora que se mata no Estado. Todas as vezes que falo sobre esse tema, refiro-me às estatísticas do Estado. Eu queria até aproveitar a oportunidade, já que estamos falando aqui de arranjo federativo — e



fiquei muito feliz com a observação da proposta de emenda —, para dizer que nós estamos discutindo isso com o Governo Federal, não só do arranjo em si e das competências, mas também da necessidade de os Estados e suas Assembleias terem mais autonomia para legislar sobre o tema. Os Deputados Estaduais sentem o calor e as necessidades da população mais de perto, as questões do nosso Estado. É importante que as Assembleias tenham participação, inclusive legislativa, sobre essa temática.

Quando se faz esse tipo de comparação, de ranqueamento, especialmente no modelo que nós temos hoje, posso afirmar para o senhor que nenhum dado é correto, a não ser naqueles Estados que já tenham, em função da própria cultura interna, uma política maior de transparência e de rigor na coleta e no tratamento de dados estatísticos. É muito difícil comparar violência, especialmente a criminalidade violenta, letal e intencional no Estado, quando há critérios heterogêneos, divergentes, de coleta e de tratamento de dados.

A Secretaria Nacional de Segurança Pública — SENASP tem trabalhado, nesse sentido, com a criação do Sistema Nacional de Estatística de Segurança Pública e Justiça Criminal — SINESPJC, exatamente para se estabelecer parâmetros razoáveis de comparação. Até hoje se usa, como base de dados para se trabalhar a segurança pública, a base de dados da saúde, que é o Sistema de Informação de Mortalidade, o SIM-DATASUS, que não é adequado para a segurança pública, em função das classificações que são próprias do sistema de saúde. Essa é uma obviedade, mas é importante destacarmos isso. O SIM-DATASUS coloca no mesmo grupo de mortes por causas externas mortes que têm relação e que são importantes para o planejamento de segurança pública e outras mortes que não têm nenhuma importância para o planejamento na questão da segurança pública. Servem apenas como referência, não é uma boa referência, mas é uma referência que nos permite ainda trabalhar.

Por isso é tão importante nós uniformizarmos os critérios de coleta e tratamento de dados, para depois podermos falar em taxa de homicídios nacionais e entre Estados e fazer os ranqueamentos que são feitos regularmente não só pelas entidades, mas também pela própria imprensa, a exemplo dos anuários que são publicados.



É fato, no entanto, a despeito de toda essa divergência, de toda essa dificuldade, que se tem de comparar dados de que se mata muito no Espírito Santo. E essa é uma realidade que nunca foi negada. Historicamente, considerando a taxa nacional de homicídios, hoje em torno de 29 homicídios para cada 100 mil habitantes, o Estado do Espírito Santo sempre teve uma taxa acima do dobro da taxa nacional, independentemente de qualquer base de dados que se vá pesquisar. Atualmente, essa taxa de homicídios está em torno de 38 para cada grupo de 100 mil habitantes, a taxa do Estado. A taxa nacional, como disse, é de 29.

Eu posso dizer que há um processo, já de alguns anos, de redução de homicídio no Estado. Nós tínhamos uma taxa, Deputado Givaldo, em 2009, de 58 homicídios para cada grupo de 100 mil habitantes, hoje é de 39. Mas o que chama mais a atenção são dois elementos — e por isso a importância desse evento —, dois pontos fundamentais, nessa questão, que ainda não sofreram impacto dessa redução, sob o ponto de vista proporcional.

Em números quantitativos, o número de mortes diminuiu. Se nós tínhamos 2.034 mortes em 2009, hoje temos 1.500 mortes. São pouco mais de 500 vidas preservadas, digamos assim.

Isso vai abarcar, certamente, grande parcela dos indivíduos sobre os quais nós estamos discutindo aqui, porque o perfil da vítima e do agressor é muito parecido. São pessoas com o mesmo perfil socioeconômico, etário e também racial, de etnia. Quase 80% dos mortos são negros e pardos no nosso Estado. E também a proporção dos autores dessas mortes é semelhante, é essa mesma proporção, é parecida com essa proporção. A despeito dessa redução de mortes no nosso Estado, tanto o grupo de jovens, especialmente jovens negros, quanto os grupos de mulheres estão numa faixa etária entre 20 e 45 anos — a faixa etária das vítimas mulheres é um pouco diferente das vítimas homens, que têm um perfil mais jovem —, proporcionalmente, eu até poderia dizer que, em alguns casos, ela tem aumentado, a despeito, como disse, da redução em termos quantitativos.

Esse evento de hoje joga luz sobre uma questão que, mesmo considerando as iniciativas adotadas para redução dessas mortes, com programas estaduais, com ações de planejamento voltadas para essa questão, precisamos melhorar — e muito — as nossas estratégias para atender a esse tipo de demanda, a esse tipo de



necessidade, que são as mortes do tema desta CPI e também as mortes de mulheres no nosso Estado.

Apesar de no último ano o Estado ter reduzido a quantidade de homicídios de mulheres, a grande verdade é que o nosso dado de mortes de mulheres é vergonhoso e preocupante. Por isso, nós estamos com algumas iniciativas, inclusive com uma campanha que foi iniciada no Governo agora, para o enfrentamento dessa questão.

No caso dos jovens, a construção da política de ocupação social, que está a cargo do Secretário Evaldo Martinelli, tem como foco claramente o público sobre o qual estamos discutindo hoje. Ele pode falar isso com mais propriedade do que eu. Quais são as estratégias e a necessidade, além da construção dessas estratégias, de se debater com esse público-alvo. Estabelecer uma estratégia de proximidade nos debates também para que esses indivíduos que vão ser beneficiados possam participar da construção dessa política. Não é fácil construir uma política pública especialmente com essa premissa. Mas é necessário. E essa proposta da Comissão Parlamentar de Inquérito vem ao encontro do que o Governo tem planejado para essa questão de enfrentamento da criminalidade violenta, especialmente contra jovens e contra mulheres, repito, porque é através desses debates que nós vamos encontrar as soluções para o problema.

É uma utopia achar, como disse o Presidente da Comissão, que nós vamos acabar com as mortes. Essas vão continuar existindo, mas não podemos admitir que essas mortes aconteçam com tanta naturalidade e com uma quantidade que nos envergonha.

Por isso o trabalho do Governo está sendo concebido com esse propósito de trabalhar de enfrentar a temática com planejamento, com um programa específico, porque é preciso trabalhar a segurança pública sob duas dimensões, sempre. Não é possível resolver segurança pública com polícia. Polícia é um ator importante, mas não é sequer o fundamental. Precisamos trabalhar a segurança pública também, e, especialmente, sob a perspectiva da prevenção, gerando oportunidades para que os indivíduos possam fazer as suas escolhas. Isso é fundamental, como nós temos dito. Não é definir as escolhas desses indivíduos; é gerar oportunidades para que



eles possam fazer as suas escolhas. Não é chegar com o pacote pronto para ninguém; é construir esse pacote junto com esses indivíduos.

Essa é uma questão tão importante para nós que não fica a cargo da Secretaria de Segurança Pública, e nunca fiz questão disso, porque acho que não cabe ao Secretário de Segurança Pública definir política de prevenção. O trabalho dele é outro. Ele trabalha com prevenção, mas especialmente com organização e planejamento da atuação das nossas polícias; fazer um enfrentamento qualificado, tentar melhorar, e dialogar melhor, e constantemente, as nossas ações com respeito aos direitos fundamentais, aos direitos humanos. Também é outro trabalho, uma questão que é quase um tabu no Brasil, mas, com energia e determinação, nós conseguimos compatibilizar esse trabalho, que começa com a inclusão, nas grades de formação dos policiais, de matérias relacionadas a direitos fundamentais.

Mas respeito aos direitos humanos é muito mais do que teoria. É prática, é todo dia. Deve ser feito isso no dia a dia, no trabalho, no diálogo, e enfrentando sempre os grupos de resistência, seja dentro das polícias, seja fora das polícias também.

Nós não podemos nos esquecer, Deputado, de que temos uma sociedade que tem um posicionamento pendular. Ela muda muito, constantemente, de acordo com os acontecimentos e com o calor, especialmente com o direcionamento da mídia.

Muitas vezes, eventos que têm menos importância, a eles são dados importância maior do que a que seria devida. E, pelo contrário, outras situações importantes, graves, às vezes, passam ao largo da opinião de todos, porque, de fato, a nossa população ainda precisa — e nisso eu me incluo nela — amadurecer muito quando tratamos dessa questão de segurança pública. O debate puramente emocional não leva a lugar algum, e também o debate puramente racional não leva a lugar algum, porque leva à insensibilidade.

É preciso equilibrar as duas coisas: trabalhar politicamente, com sensibilidade, mas também com técnica, razão e planejamento, porque não se enfrenta essa temática somente com achismo e com opiniões que, muitas vezes, não são pautadas em dados da realidade. É preciso saber compatibilizar essas duas coisas. E é dessa forma que nós temos trabalhado essa questão.



Nós não queremos fazer mais do mesmo: mais polícia, mais viatura, mais armamento. Esse é um trabalho constante, é o dia a dia da administração, mas deve vir associado a um esforço maior de prevenção, a um esforço maior voltado, como disse, para a criação de oportunidades. Mas, para criar oportunidade, para impedir que os nossos jovens ingressem no mercado do crime, para que eles tenham oportunidade de vida, é preciso uma ação integrada de todo o conjunto do Governo, mas de toda a sociedade também, de todos os outros poderes, para enfrentar essa temática de frente, sem demagogia, sem que se construam conceitos falsos ou que sejam baseados em falsas premissas.

Eu posso adiantar uma, falando como Secretário de Segurança. Alguém pode achar para mim a cara da polícia, mas eu posso dizer o seguinte: eu sou contrário à redução da maioridade penal, sempre fui. (*Palmas.*) E digo por que: só vamos transferir o problema e varrer para debaixo do tapete uma realidade que é dramática. É só visitarem as unidades socioeducativas no Brasil inteiro e os presídios para entenderem o que eu estou falando. Não se resolve o problema desse jeito. É claro que temos que pensar na punição. A medida socioeducativa ou a pena aplicada ao maior tem caráter pedagógico e punitivo. Não estamos abrindo mão disso. É possível até se pensar em punição para uma parcela menor que pratica os crimes mais graves, mas não podemos colocar todos na vala comum e achar que, reduzindo a maioridade penal para uma faixa etária menor, nós vamos trazer tranquilidade para a população. Nós vamos é jogar com a população. Muita gente, eu acredito até que a maioria da população, pensa, acha que essa seja a solução para o problema. Está redondamente enganada.

Precisamos aproveitar foros como este, que estão discutindo tema tão importante, para evitar a criminalização desses jovens. Porque quando se fala em redução da maioridade penal, a mensagem que você passa é exatamente esta: *“Eu vou criminalizar a juventude, descer cada vez mais esse requisito etário, e vou atingir aí...”* Quem sabe, nos próximos 200 anos, a criança já nasça com responsabilidade penal estabelecida pela legislação brasileira, e o caos estabelecido fora, nas ruas.

É por isso que eu estou falando em debate racional, responsável, tentando não apontar culpados, mas construir soluções para o problema.



Muito obrigado a todos. (*Palmas.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Reginaldo Lopes) - Obrigado, Secretário, pela contribuição e também pela presença aqui em nossa audiência da CPI.

Também concordo com a fala do senhor no sentido de, às vezes, a primeira presença do Estado em algumas comunidades é através do policial. Ou seja, na verdade, a polícia deveria ser a última a chegar até a um território, chegar até às pessoas.

Então, é evidente que nós precisamos estruturar esse plano de enfrentamento a homicídios. O que o Governo iniciou, em 2011, chamado Juventude Viva, na sua primeira etapa, ficou muito no diagnóstico, o que é uma bela contribuição do ponto de vista de qual a faixa etária das vítimas, um pouco da questão dos territórios, onde se concentra a maior violência. Mas é verdade que, nesse plano nacional agora, nós precisamos tirar do papel e construir um conjunto de investimentos, recursos para mudar as condições da juventude nos diversos territórios, em especial nos territórios mais periféricos. Esse também é um desafio da nossa CPI, para cumprir aquilo que o senhor diz muito bem: *“política de segurança pública não pode ser mais do mesmo”*. Mais do mesmo só se vier acompanhado de algo novo, de algo extraordinário, no sentido de melhorar as oportunidades.

Então, eu quero agradecer ao senhor a presença. Sinta-se à vontade, se quiser continuar conosco aqui, mas eu sei que o senhor tem uma agenda, pela função que ocupa.

Nós queremos muito agradecer a sua presença.

Quero passar a palavra ao Deputado Evair de Melo, que também é autor do requerimento.

**O SR. DEPUTADO EVAIR DE MELO** - Posso usar a tribuna?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Reginaldo Lopes) - Sim, use a tribuna. O Deputado Evair é autor do requerimento para a vinda da CPI aqui para o Estado.

Depois, eu vou passar a palavra a outro autor do requerimento, Deputado Dr. Jorge Silva.

Quero aqui, em nome da CPI, já agradecer pela organização, pela mobilização.

Com a palavra o Deputado Evair de Melo.



**O SR. DEPUTADO EVAIR DE MELO** - Obrigado, Deputado Reginaldo Lopes, é uma alegria recebê-lo em nosso Estado do Espírito Santo; Deputado Luiz Couto; Deputado Delegado Edson Moreira, e minha quase madrinha de plenário, Deputada Rosangela Gomes. *(Riso.)* A nossa militância é pelas mesmas causas, sempre nos corredores das Casas, e as nossas votações são muito próximas. A Deputada Rosangela é sempre carinhosa, atenciosa. Embora ela fale — e é verdade — de primeiro mandato, mas milita como uma veterana por aquela Casa pela sua postura e até por ter uma agenda muito clara. As pessoas sabem o que a Deputada Rosangela está fazendo lá. Isso dá transparência nas relações.

Então, em seu nome, quero saudar as mulheres daquela Casa, que justamente têm o meu voto, o meu pleito para aumentar a participação das mulheres no Congresso Nacional. *(Palmas.)*

Quero falar, em nome da Deputada Rosangela, da Deputada Leandre, do PV do Paraná, que o nível e a qualidade não só da presença, da participação, da contribuição que as mulheres têm dado ao Parlamento justificam por si só que nós façamos um gesto, que nós estamos chamando de reforma, nesse puxadinho eleitoral que estão fazendo lá no Congresso Nacional. Já gravei o vídeo, já está postado, e queria pedir aos Deputados, que queiram se manifestar, voto para aumentar o quadro das mulheres para qualificar cada vez mais a política e o nosso Parlamento.

**O SR. DEPUTADO DELEGADO EDSON MOREIRA** - Eu sou contra.

**O SR. DEPUTADO EVAIR DE MELO** - Respeito as adversidades, mas torno público a minha manifestação.

Quero agradecer aqui ao Deputado Givaldo e a contribuição do nosso Secretário André brilhantemente colocou aqui.

Reginaldo, o Dr. André já está convidado para fortalecer a nossa Comissão. O Dr. André, acima de tudo, é um homem estudioso, dedicado a esse tema e tem dado — não é, Givaldo, nosso Vice-Governador? — uma contribuição muito efetiva, entendendo a complexidade do tema, tratando os números, as estatísticas com muita facilidade, com muito prestígio esse tema muito sensível.



Então, quem sabe o nosso Secretário André não vira Deputado, não é, e possa ir à nossa Comissão contribuir para o Brasil com essa agenda em que mostra os números, a partir aqui do Espírito Santo.

Jorge Silva é um Parlamentar que nós, capixabas, conhecemos com esse jeito próprio dele, meio baiano e meio mineiro. E, no seu silêncio, tem dado uma contribuição muito importante e efetiva em quase todas as Comissões. Volta e meia, na Comissão de Agricultura, onde milito com um pouco mais de presença, eu acho uma indicação do Jorge, uma sugestão do Jorge. Então, o Jorge é um Deputado que tem dado uma grande contribuição ao Parlamento, a partir de sua vivência e de sua experiência no Espírito Santo.

Quero saudar o Vereador Serjão, da nossa capital, que está aqui conosco; quero saudar o Ruy, em nome de outros partidos aqui, esse importante militante da política capixaba. Mas quero, se os senhores me permitirem, fazer uma saudação ao meu Partido Verde.

Quem é ligado ao PV, por favor, se manifeste. *(Pausa.)* Temos uma boa presença aqui.

Quero saudar a Juventude Verde *(palmas)*; quero saudar a nossa Presidenta Sidneia — Rosangela, o PV aqui é presidido pela competente e brava, Sidneia — *(palmas)*; quero agradecer o PV *(palmas)*. Quero agradecer também... Como é seu nome?

**A SRA. MARIANA PERIN** - Mariana Perin.

**O SR. DEPUTADO EVAIR DE MELO** - Quero também agradecer à Mariana, que milita pelo PV. Está vindo lá de São Paulo.

**A SRA. MARIANA PERIN** - Sou Secretária Nacional de Juventude do Partido Verde.

**O SR. DEPUTADO EVAIR DE MELO** - Mariana é Secretária Nacional de Juventude do PV, que veio aqui prestigiar essa equipe toda.

Quero saudar a todos vocês e é importante também cumprimentar o Evaldo Martinelli, nosso Secretário de Ações Estratégicas, saudando aqui toda a comissão do Governo.

Vou ser bem cirúrgico nas minhas falas, Padre Honório e Deputado Nunes.



Nosso Padre Honório é um homem de Deus, e o Deputado Nunes é outro importante militante das organizações sindicais do nosso Estado. Ao saudar vocês, saúdo esta Casa, que é a Assembleia, e eu tenho certeza de que Ele está contribuindo para este debate aqui, no Espírito Santo.

A riqueza de um país pode ser medida, dimensionada, orientada por ene fatores, indicadores. Não quero pautar no talento.

Podemos tramitar por diversos caminhos aqui, Presidente Reginaldo, para justificar uma política estruturada para tratar desse tema. Mas eu fico imaginando o prejuízo que este País toma, a cada ano, quando esses números são apresentados, a quantidade de talentos desperdiçada. É muito caro perder um talento, pode ser no esporte, na política, na Medicina, no Direito. Quem sabe um jovem desse, às vezes pobre — acho que todos nós aqui temos origem muito, muito humilde —, poderia ser um gênio, um cientista a descobrir a cura da AIDS; quem sabe um jovem desse poderia ser um grande cientista a trazer respostas que ainda não conseguimos ter, Padre Honório? Quem sabe um jovem desse poderia ser um grande missionário, um padre, ou até um lutador de MMA. *(Riso.)*

Eu não sou fã do esporte, mas há talentos em nossos esportes. Inclusive, temos um pleito de minha autoria, anterior à crise, para convocar a CBF e o Comitê Olímpico à nossa Comissão. Se há um segmento que eu acho que precisa prestar contas ao Brasil é a nossa CBF, do ponto de vista do futebol, e o Comitê Olímpico, são os nossos atletas. Nós tivemos um grande evento agora, a Copa do Mundo, e vamos ter as Olimpíadas. Olhem os nossos atletas! É muito triste, Padre Honório, quando você olha os nossos atletas, vê que são sobreviventes, gente que conseguiu escapar da violência, que conseguiu escapar dos bairros pobres, conseguiu fazer todo um arcabouço. Sobreviveram e o talento manifestou-se, e, hoje, são, de certa forma, até explorados por essas duas confederações, que têm que dar satisfação à sociedade do legado que deixa, para que não permita que isso aconteça. E outros novos talentos, a maioria deles pobre de origem, muitos deles negros de origem, agora estão brilhando. E aí eu pergunto: quantos ficaram pelo caminho?

Então, em vez de focar, às vezes, nesse, que é o atleta final, que se possa fazer esse caminho. Eu acho que a CBF e o COI têm que ir à nossa Comissão dar



satisfação ao Parlamento para que a Câmara dos Deputados possa dar satisfação ao Brasil e, assim, ter uma política muito bem alinhada.

Eu sou militante da minha Igreja Católica. Pergunto ao Padre Honório se a diocese foi convidada. Não sei se há alguém aqui presente. Eu acho que as nossas igrejas... Além do Parlamento, além do Estado, a sociedade organizada tem que assumir essa responsabilidade.

**(Não identificado)** - O terreiro, o candomblé, também!

**O SR. DEPUTADO EVAIR DE MELO** - Não, eu estou falando a partir da minha. Eu espero que... Estou falando da minha experiência.

*(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)*

**O SR. DEPUTADO EVAIR DE MELO** - Isso. Eu respeito, mas estou dizendo isso a partir da minha experiência. Eu acho que a sociedade tem que ser convocada nas nossas instâncias.

Eu quero fazer uma crítica à minha igreja, um espaço onde as pessoas se organizam. Eu sou da militância da época das Comunidades Eclesiais de Base, muito mais atuantes, e as pastorais muito mais atuantes. A vida da igreja, que era um espaço no bairro ou lá no interior, era uma vida de comunidade. E, hoje, apesar de soar bem aos ouvidos, essa geração que estou chamando de "O que é que eu sou sem Jesus?" é uma geração que virou um espetáculo, é uma geração em que as nossas organizações se pautam no *show*, onde há atores, espectadores e nenhuma responsabilidade na agenda seguinte. Isso desmonta esse primeiro arranjo social, que é a comunidade, onde as pessoas realmente têm uma vida em comum. Eu digo isso da minha experiência.

Quero registrar que, com todos esses esforços, cada dia mais, as nossas igrejas, as nossas organizações... E que as centrais sindicais, Deputado Nunes, você que é um sindicalista de convicção e atuante, os nossos sindicatos, ou seja, esse grande pacto social de que o Dr. André tratava aqui, possam ser realmente um fato importante para que a sociedade possa fazer essa manifestação.

Isso me preocupa muito, Deputado Reginaldo, quando venho à capital. Eu não moro na capital, mas no interior. Eu venho à Capital e vejo na nossa orla, na nossa beira-mar, os prédios públicos. O Supremo Tribunal e a Delegacia Federal estão construídos como se estivessem de costas para o povo. Isso me preocupa



muito, quando eu vejo os nossos fóruns, os nossos prédios públicos, até a nossa Assembleia — nós estamos aqui nesta Casa dos capixabas — como se tivessem virado as costas para o mundo. Eu acho que temos que ser mais propositivos. Temos tratado disso com os nossos agentes públicos. O Governo, os órgãos públicos têm que entrar nos bairros, entrar na vida das comunidades. A mobilidade urbana, que é discutida principalmente nos nossos grandes centros, tem que repensar esse modelo para que os atores, os agentes do dia a dia da coisa pública possam estar inseridos na vida das comunidades.

Eu fico muito preocupado quando eu passo na beira-mar e vejo ali um grande prédio bonito do Supremo Tribunal sendo construído. Por que esse prédio não está sendo construído lá nos nossos bairros do interior para que se possa fazer um fluxo reverso de pessoas, um fluxo reverso de conhecimentos, e, assim, inserir... Se as comunidades mais carentes têm dificuldades, às vezes, de vir para os bairros nobres, que o Governo, presente nos bairros nobres, possa fazer o fluxo reverso e ir para dentro dos bairros. Isso mudaria a logística das coisas, se fossem um pouco mais práticos com isso. E passa, com toda certeza, pela valorização profissional. É inadmissível, embora o Dr. André tenha pautado que a questão da polícia, ou seja, a nossa visão, a nossa cobrança e o nosso compromisso com os nossos policiais, que são agentes de referência, transmite a confiança do Estado.

Eu trabalhei muito tempo junto à Defesa Civil, junto aos nossos Bombeiros e à nossa polícia também. Ou seja, esse desmanche da política, essa má imagem da política que nós construímos, que a sociedade construiu, repercute na falta de confiança nos agentes que ora representam o Estado, que precisam da valorização profissional não só dos policiais, mas, por outro lado, também dos nossos professores.

Não se faz educação com qualidade. Nós não vamos fazer uma mudança que a sociedade precisa e merece. Educação não vai passar por aí, se não houver valorização dos profissionais para que as pessoas possam se capacitar. E, inclusive, poderiam ser cobrados também, por todos nós, eficácia e eficiência para os nossos resultados finais.

Então, para poder encerrar, não se reduz crime. Não vamos reduzir o crime se nós não dermos dignidade às famílias, porque essa é a incondicional, Padre



Honório, a maior das nossas instituições. É fácil, às vezes, tratar de maioria penal arrumando fórmulas simples para o caos que nós construímos, muitas vezes porque, ao longo da história, pais, mães e adolescentes não tiveram oportunidade de construir a sua dignidade e daí poder fazer esse arranjo social. Então, esse é o nosso grande desafio.

Por convicção, eu acho que a família, esse espaço de comunidade, independente de credo, de cor, de etnia, de interesses, precisa reconstruir esse pacto além do discurso, porque não se constrói família sem dignidade do pai para com os filhos. Isso é essencial.

Então, esse debate é importante. Tenho certeza de que toda a sociedade capixaba está mobilizada para poder enfrentar esse tema, enfrentar essa causa. Que se possa dar um passo seguinte e que a nossa geração possa entregar às gerações futuras coisas melhores do que nos entregaram até agora. Significa que o nosso modelo de atuação, o nosso pacto social do passado não está funcionando.

A nossa geração, por conhecimento, pela informação, pela ciência, pela tecnologia, por entender o papel da diversidade nessa grande aldeia global, tem a responsabilidade de entregar às gerações futuras um Estado cada vez melhor.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Reginaldo Lopes) - Obrigado, Deputado Evair de Melo, pela contribuição.

Quero passar a palavra ao Deputado Dr. Jorge Silva.

**O SR. DEPUTADO DR. JORGE SILVA** - Bom dia a todos e a todas!

Quero inicialmente cumprimentar o nosso Presidente, Deputado Reginaldo Lopes, um companheiro que nós tivemos oportunidade de conhecer de perto no mandato passado, à frente da Comissão Especial de Políticas Públicas de Combate às Drogas. Nós tivemos a oportunidade de viajar por este Brasil, conhecer essa realidade, e contribuir, por meio de projeto de lei que tramita hoje no Senado, com algumas ações importantes, do ponto de vista das políticas públicas de droga, inclusive o Estatuto da Juventude.

Então, é um Deputado com vasta experiência que está em seu quarto mandato. É isso, Deputado Reginaldo? É o Deputado do PT mais votado do Brasil,



310 mil votos! Então, essa pessoa que está sentada aí não é por acaso. Parabéns a V.Exa.!

Gostaria de cumprimentar a Relatora Deputada Rosangela, que já chega segurando uma grande responsabilidade naquela Casa. Não é fácil se chegar à relatoria de uma ação tão importante. A senhora já chegou abrindo as portas, entrando, e com essa enorme responsabilidade de relatar tema tão importante.

Cumprimento os nossos amigos aqui: Padre Luiz Couto, experiência importante lá da Paraíba, trabalho importante na Câmara; o Deputado Delegado Edson, que chega àquela Casa também com uma história de vida importante na área de segurança; Deputado Evair, nosso companheiro de bancada capixaba, também chegando àquela Casa trazendo a sua experiência, principalmente na área de agricultura, e fazendo um belo trabalho nesse início de mandato.

Deputado Reginaldo, eu estou preocupado com uma coisa. Esta audiência foi marcada num momento em que nós teríamos a segunda-feira totalmente livre para estar aqui discutindo. Infelizmente, foi marcada sessão deliberativa para hoje e nosso embarque será às 14h20min. Nossa missão aqui é basicamente a de ouvir a sociedade organizada, ouvir os diversos segmentos. (*Palmas.*) Está certo? Então, eu tenho essa preocupação em ouvir essa parcela da população, que é a nossa função. E esse tema é extremamente importante.

Deputado Reginaldo, eu vou aproveitar para citar o nome — vai faltar o de algumas pessoas — de algumas pessoas aqui presentes: Eduardo Alves da Rocha, Coordenador da CUFA-ES (*palmas*); a Nilciana da Hora, do CREAS de São Mateus, lá da minha cidade (*palmas*).

Hoje, o mapa da violência está focado no norte do Estado do Espírito Santo. Então, nós fizemos questão de, já que nós não podíamos levar a Comissão lá, trazer uma grande parcela de representantes daquela região.

Outras pessoas aqui presentes: Darcilene Valentim dos Santos, da Comunidade de São Jorge de São Mateus, comunidade de quilombolas da região norte do Estado (*palmas*); Rafael Miranda, da Direção de Juventude da Prefeitura de Serra; companheiro Ruy, assessor especial do Vice-Governador do Estado; Adriano Barbosa, do Projeto Araçá, de São Mateus, um belo projeto que faz um trabalho social muito importante lá na região norte; Mariana Perin, Secretária Nacional de



Juventude do Partido Verde; Vinicius Gomes, Coordenador do Sama 7, um projeto do norte do Estado; Gutemberg Guedes, da Secretaria da Juventude — INSPIR; Heloisa da Silva Carvalho, Presidente do Conselho Municipal de Direitos Humanos de Vitória; Mariana Bernardes, Gerência de Gênero da Casa do Cidadão, aqui de Vitória; Joana D'Arc, Presidente do PRB Mulher; Profa. Cleyde Amorim, Coordenadora do Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros, representando o Reitor da UFES; Tiago Elias, da Secretaria de Juventude, União Geral dos Trabalhadores.

Então, esses são alguns representantes que nós temos aqui.

Do ponto de vista político, nós temos aqui a presença dos seguintes Vereadores do PROS: Basílio, do Município de Serra — obrigado, Vereador, pela presença —; Osvaldo Maturana, também de Serra; Jorge Figueiredo, de Guarapari.

Agradecemos a presença do Pastor Ricardo Ferreira da Fonseca, Vereador do PRB; do Vereador Wanderson Marinho, Presidente da Comissão de Direitos Humanos da Câmara Municipal de Vitória; do Vereador Serjão, também de Vitória. Obrigado pela presença de todos. *(Palmas.)*

**O SR. LUIZ CARLOS OLIVEIRA** - Sou Luiz Carlos, do Centro de Estudos da Cultura Negra. É por isso também... *(Palmas.)*

**O SR. DEPUTADO DR. JORGE SILVA** - O.k. E aqui mais um: Miclécio Rodrigues, Coordenador da Pastoral da Juventude de São Mateus. Acaba de chegar o Vereador Gilmar Carlos da Silva, do PT da Câmara de Serra.

Obrigado. Se eu me esqueci de mencionar alguém, por gentileza mande o nome para eu poder falar. É muito importante a presença de vocês, a presença do Luizão, companheiro e amigo nosso, um militante da causa dos negros lá no norte do Estado do Espírito Santo.

Então, encerro, Sr. Presidente, Deputado Reginaldo, por aqui.

Agradeço a presença de todos, e que vocês realmente possam contribuir com a nossa Relatora para que ela possa colher dados, absorver experiências, a fim de fazer um relatório fidedigno da questão da violência contra jovens negros e pobres do nosso Estado.

Obrigado, e um bom dia de serviço para todos! *(Palmas.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Reginaldo Lopes) - Obrigado, Dr. Jorge Silva, companheiro, militante, por sua mobilização.



Passo a palavra ao nosso próximo orador, Deputado Delegado Edson Moreira.

**O SR. DEPUTADO DELEGADO EDSON MOREIRA** - Bom dia a todos!

Eu quero ser breve e, é claro, cumprimentar todos os que foram nominados aqui e os demais também, todas as autoridades, os Deputados Estaduais e Federais e os Vereadores.

O enfrentamento a esse tipo de caos social vai partir de nós mesmos, da responsabilização que nós temos que ter e também da segurança pública, que tem que ser planejada, como disse bem o nosso Presidente Reginaldo Lopes, que é realmente de competência inquestionável e também muito querido em Minas Gerais, no Brasil inteiro e também na Câmara.

Alguns aqui falaram que são contra a redução da maioridade penal. Eu parto de outra visão, tendo em vista que a responsabilização de todos tem que começar cedo. Eu sou de uma época em que o menor de 14 anos trabalhava, buscava o seu sustento e estudava. Eu comecei a trabalhar cedo, com 12 anos, para ajudar a minha família. Com estudo e tudo o mais, cheguei onde cheguei. Então, uma sociedade parte de direitos e obrigações.

Não quero agradar a todos, mas quero ser sincero, fazer as minhas colocações e ser respeitado.

O segundo Estado mais violento do Brasil realmente é o Espírito Santo. Chegando aqui hoje pela manhã, sou surpreendido ao saber que entraram num quartel da Polícia Militar e roubaram 14 pistolas ponto 40, de alto poder de fogo. Aí gente fica ressabiado. Na Serra, nessa região da Grande Vitória, realmente tem um grande número de...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Reginaldo Lopes) - Pessoal, vamos...

**O SR. DEPUTADO DELEGADO EDSON MOREIRA** - Posso falar?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Reginaldo Lopes) - Vamos garantir a fala do orador. Depois todos vão falar.

**O SR. DEPUTADO DELEGADO EDSON MOREIRA** - Na região da Grande Vitória tem um grande número de homicídios e extermínio de jovens pobres e negros.



Eu quero ser breve e dar voz aos demais. As posições nossas têm que ser garantidas e outros direitos, deveres e obrigações. Não só direitos, porque a população só quer direitos. Tem que ter obrigações também.

Muito obrigado. *(Palmas.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Reginaldo Lopes) - Obrigado, Deputado Delegado Edson Moreira, pela participação, pelo acompanhamento em todos os Estados.

Quero passar a palavra ao Deputado Padre Luiz Couto.

**O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO** - Bom dia para todos e para todas!

Meu avô dizia: *“Quando a gente dá bom dia e não respondem, o bom-dia fica só para a gente”*. Bom dia para todos!

*(Manifestação da plateia. Bom dia!)*

Aí sim! Isso é bom.

Eu queria me apresentar, porque nós estamos aqui para ouvir, e depois encaminhar as saídas para essa violência praticada contra jovens negros e pobres. Eu sou Parlamentar por quatro mandatos, agora Deputado Federal pela Paraíba. Sou professor universitário aposentado e sou padre e defensor dos direitos humanos. Digo para vocês que seria importante que nós pudéssemos investir cada vez mais no projeto da cultura da paz e não da violência. A violência mata. Eu aprendi algo com José Vicente, que é um especialista em segurança pública. Ele diz que na primeira aula que teve de Direito Criminal o professor disse que arma não foi feita para defender, mas para matar. *(Palmas.)* E a gente está vendo aí como é que a violência cresce.

Eu queria mandar um abraço para todos os companheiros e companheiras do Partido dos Trabalhadores, inclusive o nosso Nunes. Quero dar um abraço no Frei Honório também e mandar um abraço para a nossa amiga do peito, Deputada Iriny Lopes, que é uma grande companheira de luta.

Vamos ouvir, porque essa é a obrigação nossa. Viemos aqui para ouvir aqueles que têm propostas — não apenas denúncias —, aqueles que querem também encaminhar propostas para enfrentarmos essa situação, que é o genocídio de jovens, pobres e negros. É essa a realidade que nós temos aqui.

Um abraço para todos. Aproveitemos bem esta audiência pública! *(Palmas.)*



**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Reginaldo Lopes) - Obrigado, Deputado Luiz Couto.

Quero registrar a presença aqui também da Marilene Ramos, coordenadora regional do PRB Mulher — obrigado —, bem como da Vice-Prefeita do Município da Serra, Lourencia Riani. Obrigado pela presença. Quero aqui agradecer a presença dos membros da Mesa e pedir para a Relatora continuar para a gente ouvir os demais.

Vamos desfazer a Mesa, convidando para compor a segunda Mesa o nosso Secretário de Segurança, o qual nós já ouvimos — agradeço a presença —, a Sra. Sueli Rangel Vidigal, Secretária de Assistência Social e Direitos Humanos. Ela está presente? *(Pausa.)* Não? Vai representar o Secretário de Ações Estratégicas, que é o Sr. Evaldo Martinelli. Então, convido-o a se sentar aqui à mesa.

Convido também a Sra. Vivian Silva de Almeida, representando a Defensoria Pública. *(Pausa.)* Não está presente. E a Sra. Cleyde Rodrigues Amorim, representando aqui a Universidade Federal do Espírito Santo. *(Palmas.)*

A Sra. Vivian Meira está presente? Faça o favor. S.Sa. é assistente social, membro do Observatório Capixaba de Juventude e integrante do Coletivo de Mulheres Negras. *(Palmas.)* Obrigado pela presença.

O Sr. Gutemberg Evangelista Guedes está presente? Obrigado. S.Sa. é Secretário Internacional do Instituto Sindical para Assuntos de Promoção de Igualdade Racial das Américas e Presidente do Conselho de Promoção de Igualdade Racial de Cachoeiro de Itapemirim.

Também convido para compor a Mesa o Sr. Luiz Inácio Silva da Rocha, o Lula, representando o Fórum Estadual de Juventude Negra do Espírito Santo. *(Palmas.)* Nós já tivemos a oportunidade de receber o nosso companheiro Lula na CPI em Brasília. S.Sa. está novamente aqui conosco.

Nós vamos organizar aqui a fala de cada companheiro e companheira. Eu informo também que há aqui mais membros que vão falar. Falta espaço na mesa. Nós vamos convidá-los logo após os membros que compuseram esta Mesa.

Antes de passar a palavra para os convidados, informo aos interessados em usar da palavra nesta audiência, por 3 minutos, que estes devem se inscrever junto à Secretaria da Comissão. O Robson vai passar aqui a lista. Todos terão direito de



falar. Então, quem quiser usar da palavra, por favor, se inscreva aqui com o nosso Secretário da CPI, o Robson. *(Pausa.)*

Como há mais um membro presente, quero chamar para completar esta Mesa o Sr. Arilson Ventura, Coordenador Executivo da Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas. O Sr. Arilson está presente? *(Palmas.)* Também já tivemos a oportunidade de recebê-lo na nossa CPI em Brasília.

Então, vamos iniciar pela ordem que eu convidei para compor a Mesa. Nós temos que acertar um tempo. São 10h36min. Temos 3 horas, no máximo, de trabalho. Então, vamos dar 5 minutos? Depois o Plenário vai fazer perguntas, eu vou devolver a palavra à Mesa e os senhores e as senhoras poderão fazer as considerações finais.

Assim, vamos começar pelo Sr. Evaldo Martinelli, Secretário de Estado de Ações Estratégicas.

Vamos inverter a ordem. O Sr. Martinelli está propondo ouvir primeiro os representantes dos movimentos sociais, ficando S.Sa. por último.

Assim, vamos começar pelas mulheres, pela Sra. Vivian.

**A SRA. VIVIAN MEIRA** - Tenho 5 minutos?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Reginaldo Lopes) - Sim.

**A SRA. VIVIAN MEIRA** - Bom dia a todos e a todas!

Primeiramente, eu agradeço o convite, apesar de que o tempo previsto anteriormente era maior. Vou tentar reduzir minha fala, contemplando as grandes demandas e reivindicações dos espaços dos quais eu participo. Eu estou aqui hoje representando o Observatório Capixaba de Juventude e o Coletivo de Mulheres Negras Aqualtune.

Tenho algumas considerações a serem feitas no sentido de que essa luta é uma reivindicação que está sendo colocada pelos movimentos sociais. Isso é histórico, não é de agora. O Fórum Estadual de Juventude Negra do Espírito Santo — FEJUNES, por exemplo, está há mais de 5 anos brigando, reivindicando aos poderes públicos essa questão do combate ao extermínio da juventude negra. O próprio movimento negro, em si, historicamente já vem pautando essa discussão,



que, sinceramente, no contexto dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, não tem tido a ressonância que a gente gostaria que tivesse.

Não há mais como discutir sobre a questão do extermínio de jovens hoje sem entrecortar a questão racial. Necessariamente, essa mazela e essas condições às quais a gente está submetido, a juventude capixaba hoje principalmente está submetida, se dão pela perspectiva de gênero — no caso, há que se considerar também o entrecorte de gênero masculino e feminino, mas também há a questão dos territórios onde estão concentrados esses grupos, esses jovens, da condição socioeconômica, mas fundamentalmente da questão racial.

Não há como discutir política pública hoje sem discutir o critério raça, o critério que nos desigualou a todo o momento e que historicamente criou cotas que nos colocavam numa condição de subalternidade, algo que ainda quer se perpetuar da mesma forma. Esse é o ponto a que a gente está querendo dizer não.

Acho que vou colocar isto como um recado, porque a gente está cansada de pleitear isso por meio de diálogos, de assembleias, de espaço, por meio escrito, por meio falado, através de artigos, publicações e até mesmo por dados e estatísticas.

Precisamos discutir seriamente. Hoje, eu acredito que as Casas de Leis não têm mais como pautar só a discussão do extermínio da juventude negra sem considerar também a discussão a respeito da descriminalização e da legalização das drogas. (*Palmas.*)

Essa hipocrisia que gira em torno dessa temática tem assolado cada dia mais o nosso povo. A cada dia, mais corpos tombam, e é o corpo do jovem negro que está nessas ruas, nessas vielas e nesses contextos, cada vez mais aumentando os dados dos registros de mortes.

Além disso, é extremamente necessário discutir essa temática considerando até os gastos de dinheiro público, que estão muito mal direcionados, com todo o respeito a diversos gestores aqui. Esse dinheiro, que é voltado hoje para a segurança pública, principalmente, que é o ponto mais relacionado à questão das drogas... Esse combate às drogas é sinceramente uma falácia. Na verdade, tem se gastado muito mais e não se têm mostrado dados completos da superação dessa questão relacionada ao extermínio de jovens.



Há outra discussão que necessita ser feita. Hoje há um projeto de lei que discute inclusive a queda, a derrubada daquele projeto de lei que trata da posse e do uso de armas, para permitir que as pessoas possam se utilizar delas.

O Cerqueira, que, se eu não me engano, é do IPEA, ele tem um estudo muito interessante. Hoje, mais cedo, ele estava até na *Gazeta* dando uma entrevista e ele falava muito sobre isso: que, na verdade, hoje, a questão da posse de arma, dessa lógica que se tem de que a maioria dos crimes que são cometidos contra jovens — e jovens negros — é por meio da via da arma de fogo... E, aí, vem uma bancada, a Bancada da Bala, defendendo e dizendo que não tem nenhuma relação. Tem, sim. Ao passo em que se libera, hoje, 1% das armas no mercado, são 2% de homicídios. Isso é estudo concreto. Não adianta falar que não tem concretude, porque tem sim. Foi uma pesquisa muito aprofundada, e que tem relação, sim, direta.

E outra questão que a gente precisa colocar, que até o Secretário já colocou, é a questão da redução da maioridade penal. É vergonhoso hoje as nossas Casas de Leis ficarem... Não só as Casas de Leis, mas também a própria mídia, principalmente, pela forma como ela vem tocando essa discussão. Mas, acima de tudo, eu acho que as Casas de Leis hoje precisam se organizar. Eu acredito que há grandes Vereadores... Eu até tive a oportunidade de participar, Vereador Edmar, lá em Serra, de um debate, assim como alguns Deputados aqui também têm organizado debates bacanas.

Mas eu acredito que isso precisa se aprofundar, porque a gente hoje tem um Congresso, um Senado extremamente conservador e que a todo momento vem responsabilizar e culpabilizar a juventude, principalmente a juventude negra, pela incompetência na hora de fazer políticas públicas, na hora de governar um País.  
(Palmas.)

Então, eu acho que nós não devemos ser responsabilizados mais uma vez, por conta de uma educação ruim. Há muito tempo — o Luiz Carlos está até aqui para dizer — a Lei nº 10.639 diz sobre a nossa tradição e a nossa matriz cultural africana, de que eu tenho muito orgulho. Eu duvido que a grande maioria das pessoas que está aqui hoje tenha tido a oportunidade de, pelo menos, ouvir um pouco, conhecer um pouco dessa história, que faz parte da nossa essência cultural brasileira. Não dá para contar a nossa história sem saber de onde nós viemos. E



temos que reconhecer de fato: nós viemos de tradições culturais diversas e não dá para ficar negando mais a nossa tradição cultural negra. Isso é vergonhoso! E a gente, novamente — eu falo isso novamente —, precisa tratar com maior seriedade as políticas públicas, considerando sobremaneira a condição de gênero e de raça.

O Espírito Santo está aí para demonstrar que é um dos Estados onde mais se matam mulheres, negros e homossexuais. Essa discussão não pode parar aqui. Ela precisa avançar mais. Eu agradeço ao Deputado pelo compromisso. Acredito que há muitas pessoas aqui que têm muito esse compromisso. Mas é preciso ir além, porque eu tive uma pessoa da minha família que já foi morta. Acredito que outras pessoas podem ter seus parentes, irmãos, filhos, pais, que foram mortos, que foram ceifados por uma cultura que cada dia mais criminaliza e nos invisibiliza.

Eu trabalho com população de rua e eu vejo isso o tempo todo. Falar sobre políticas... Elas precisam estar concretamente entrecortadas entre planejamento, monitoramento e avaliação dos dados. A todo momento eu tenho visto, lá no meu serviço, pessoas em situação de rua que sequer são atendidas por outros serviços públicos gratuitos. No caso, vou falar só da experiência que eu tenho relacionada à saúde, em que as pessoas se negam a olhar, se negam a atender. Isso aí, gente, tem nome: isso se chama racismo institucional.

Enquanto a gente não se colocar, não enfrentar essa problemática, a gente vai continuar com esses dados gritantes da violência que se abate sobre a nossa população.

Obrigada. (*Palmas.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Reginaldo Lopes) - Obrigado, Vivian, pela contribuição.

Passo a palavra para a nossa próxima convidada, Cleyde Rodrigues Amorim.

**A SRA. CLEYDE RODRIGUES AMORIM** - Bom dia a todas e a todos. Cumprimento o Deputado Reginaldo Lopes, representando as autoridades presentes. E parabênizo a Câmara por abrir essa discussão.

Concordo plenamente com a Vivian, que me antecedeu. A gente tem, aqui no Estado do Espírito Santo, um Estado extremamente violento, com índices que superam os índices nacionais, e tem aumentado, proporcionalmente, o número de assassinatos nos últimos 10 anos, um aumento de quase 10%, segundo o mapa da



violência, que está disponível para todo mundo na Internet. Então, quer dizer, se há esforços, esses esforços não têm, efetivamente, rendido números, pelo menos.

Concordo com o Parlamentar também que falou que a gente precisa de um plano nacional, um pacto nacional. Este problema de genocídio da população negra e genocídio dos jovens negros no Brasil não é um problema só de segurança pública, mas é também um problema de segurança pública. Enquanto a gente não tiver o fim dos atos de resistência, que justificam, de certo modo, o extermínio por parte da segurança pública desses jovens, realmente, esse é um problema que tem que ser debatido.

É uma sugestão que eu faço para esta Comissão: discutir, como outros setores já reivindicaram, a questão da criminalização da juventude negra também, porque se há os atos de resistência é porque a população, a juventude negra é criminalizada. E eu acho que a evidência disso é a continuidade desses índices.

Então, a gente tem uma série de discussões nesse âmbito da segurança pública que têm que ser feitas. A própria questão da desmilitarização da polícia. Também acho que seria interessante esta Comissão discutir isso, ouvir os segmentos diversos que têm interesse na questão. E eu acho que não vou adentrar nessa questão da segurança pública, que não é da minha competência discutir, mas eu sugiro que isso seja levado mais a sério. Eu acho, e concordo plenamente com a Vivian quando ela fala de genocídio da população jovem e coincidentemente negra. Ela está falando de um problema que é evidente para todos nós, que é o problema do racismo, do racismo brasileiro, que está impregnado na segurança pública, mas não só nela, está impregnado em toda a população brasileira.

Enquanto o País não se voltar para discutir essa questão da discriminação racial, porque essa juventude que está morrendo — e que está morrendo em muito maior quantidade — tem cor, tem origem social, tem história, tem cultura e é a principal vítima... Então, nós temos que discutir essas questões. Enquanto o nosso País não investir realmente na discussão e na implementação da legislação... Legislação nós já temos, acho que não é preciso inventar nada. Nós temos o Estatuto da Igualdade Racial, temos a Lei nº 10.639, que já tem mais de 10 anos, foi criada em 2003, temos aí o Programa Juventude Viva, que foi criado já em cima desses índices do mapa da violência.



Quer dizer, a gente tem uma série de mecanismos legais que, na verdade, não vêm sendo cumpridos a rigor, a partir da questão da Lei 10.639. Porque não adianta você aumentar a segurança pública ou comprar mais armas, como o próprio Secretário mencionou aqui, se há uma cultura de naturalização da morte de jovens, se aquele que é vítima da estrutura social é visto como algoz. Em vez de você dar proteção às crianças e aos jovens negros da periferia, é melhor criminalizar — a discussão é completamente enviesada. Em vez de proteger essas vítimas, a imprensa e outros mecanismos vêm falar de redução de maioridade penal. É melhor prender, como se solucionasse o problema você não dar estrutura, não resolver o problema da violência, simplesmente acrescentar pessoas nesse déficit do sistema carcerário brasileiro, que já é imenso, já está em cerca de mais de 200 mil vagas. Então, quer dizer, você não discute algumas questões e acrescenta outras.

Mas para falar de educação, que é da nossa alçada, eu sou Coordenadora do Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros da Universidade Federal do Espírito Santo, eu acho que, enquanto o País não investir realmente em educação, em educação sobre as relações étnico-raciais, a gente vai ficar apagando incêndio, vai ficar com essas medidas de curto prazo, que talvez resolvam algum problema pontual aqui e outro ali. Países que realmente tiveram avanços nas questões sociais foram países que investiram em educação. Isso, historicamente, pode ser comprovado em outros países, em outros continentes.

Hoje há a Lei nº 10.639, que não está sendo cumprida adequadamente, não está sendo implementada adequadamente, mas que eu acho que é um passo importante. E, nesse sentido, acho que em termos de proposta, para ser mais direta e objetiva, eu acho que é realmente levar ao Governo, ao MEC essa proposta de dar as condições para que as IFES, as Instituições Federais de Ensino e as outras instituições de ensino implementem, de fato, a Lei 10.639, que obriga as instituições de ensino, tanto as do ensino básico, do fundamental, do médio, quanto as do ensino superior a ensinarem sobre cultura e história africana e afro-brasileira.

**O SR. LUIZ CARLOS OLIVEIRA** - Ela alterou a LDB, não é?

**A SRA. CLEYDE RODRIGUES AMORIM** - Exatamente, alterou a LDB e acrescentou essa importante tarefa para a sociedade brasileira. É uma sociedade de mais de 50% de população negra, que não tem essa discussão, não tinha essa



discussão, obrigatoriamente, no seu currículo. A gente via história de mitologia grega, de mitologia não sei o quê, da Europa inteira, e aí metade da população não tinha a sua história contemplada.

Então, existe essa lei. E quais são os mecanismos para que ela se cumpra? É só falar, falar, falar? A gente vai a vários eventos em que todo mundo reclama da mesma coisa. Realmente, é criando espaços nessas instituições, criando vagas para que se contratem professores para implementar, para dar aula para os futuros professores. É um processo que vai se replicando para chegar onde ele deve chegar, que é à sociedade inteira.

Essa questão de abrir espaço, em termos de vagas, nas IFES, para o ensino da cultura e história africana e afro-brasileira e de outros instrumentos, por meio do MEC, vai viabilizar essa implementação.

Eu acho que os caminhos estão colocados, a gente tem que realmente ser propositivo, ou a gente vai ficar eternamente discutindo em cima de índices, de estatísticas que só vão aumentando dia a dia. Obrigada. (*Palmas.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Reginaldo Lopes) - Obrigado, Professora. Vou passar a palavra para o nosso companheiro Luiz Inácio Silva da Rocha, companheiro Lula.

**O SR. LUIZ INÁCIO SILVA DA ROCHA** - Bom dia a todos e a todas. Primeiramente, já peço desculpas porque, devido a outro evento que está acontecendo, do IPEA, que discute também esse tema, eu vou ter que me ausentar logo após fazer a fala aqui. De qualquer forma, a Vivian, que é do Observatório de Juventude, mas também é do Fórum Estadual de Juventude Negra, vai seguir aqui na Mesa e pode continuar colaborando com a discussão, a partir da ótica do FEJUNES, que é o Fórum de Juventude Negra do Espírito Santo.

Agradeço a oportunidade. Nós estivemos na CPI lá em Brasília e sugerimos a vinda ao Espírito Santo, mas já havia um requerimento do Deputado, assinado e aprovado na Comissão, para a realização desta audiência, que é um momento ímpar para nós, que militamos nessa causa. Desde 2008, quando nós lançamos a Campanha Estadual Contra o Extermínio da Juventude Negra — fizemos isso na Praça Costa Pereira, no dia 13 de maio —, nós ainda éramos uma voz muito



isolada. Ainda eram jovens que pautavam um debate invisibilizado na sociedade capixaba.

Apesar dos fortes, dos altos índices de violência, apesar de a gente conviver com esses índices de violência no nosso cotidiano, nas nossas comunidades, nas nossas famílias, esse era um debate que seguia silenciado, não só na sociedade, mas também no próprio poder público. E, hoje, estar aqui nesta Comissão, nesta audiência pública, aponta que pelo menos uma barreira a gente já conseguiu transpor: a barreira de trazer esse debate a público, a barreira de envolver autoridades, a barreira de também provocar a sociedade para esse problema que enfrentamos no nosso cotidiano.

Então, estar aqui hoje nesta audiência é fruto da nossa luta e é fruto de um processo que precisa caminhar mais rapidamente para que a gente possa, de fato, reverter esse quadro de genocídio do povo negro que a gente enfrenta no Brasil.

Quero dizer também que isso não é uma realidade do agora, como a Vivian muito bem colocou. Esse processo de genocídio, a gente acredita que remonta aos tempos da escravidão, que se perpetua até na sociedade atual. O racismo continua a produzir diversas condições de desigualdade. E, além dessas diversas condições de desigualdade, ele ainda é um fator determinante para dizer quem tem mais potencialidade à morte e quem tem mais direito à vida.

Então, é disso que a gente está falando. Por mais que a gente entenda que a violência deriva de diversas questões, deriva de uma série de fatores complexos, no Brasil é inegável, é inegável, que o racismo está na centralidade dessas questões. Os diagnósticos já nos dizem isso, mas, mais do que o diagnóstico, o cotidiano, o dia a dia também revela o quanto que o racismo é um fator preponderante para dizer quem tem mais direito à vida nessa nossa sociedade.

É a partir daí que a gente faz essa discussão. É a partir desse entendimento que a gente busca contribuir com o Estado na construção de alternativas. É a partir desse entendimento que a gente também faz esse diálogo com a sociedade. Por muitas vezes o racismo ainda é negado. O mito da democracia racial ainda ecoa em alguns lugares, ainda ecoa em algumas instituições públicas. E fazer esse debate é, para nós, essencial, para que possamos, como eu disse, enfrentar o problema do genocídio do povo negro no Brasil.



E, para isso, a gente acredita que o Espírito Santo tem condições de dar uma contribuição fundamental. Aqui no Espírito Santo a gente já tem uma sociedade civil organizada, uma sociedade civil atuante que tem condições de contribuir com o Estado na construção dessas alternativas. E, para isso, nós do Fórum de Juventude Negra, acreditamos que alguns desafios são fundamentais e estão na ordem do dia.

Primeiro, a gente precisa romper com essa ótica da segurança pública, que ainda é uma ótica bélica, ainda é uma ótica de guerra. Por mais que o discurso oficial, por mais que se tenha formação em direitos humanos, o discurso do dia a dia dos aparatos de segurança pública é um discurso de guerra que tem a juventude negra como inimiga interna: utiliza-se da guerra às drogas, utiliza-se de uma série de subterfúgios, mas o que está incutido nas forças de segurança pública é uma lógica de que tem que vencer o inimigo. E esse inimigo é visto como jovens negros da nossa periferia.

Nós precisamos transpor essa identificação e essa lógica de guerra que está colocada nas nossas forças de segurança pública. Para isso a gente precisa de mais democracia nessa discussão. Para isso é necessário, Secretário Evaldo, que se crie uma ouvidoria de polícia. Para isso é necessário que se crie um Conselho de Segurança Pública, que até hoje não saiu do papel, há mais de 10 anos. Para isso é necessário que a gente incorpore, de fato, a sociedade civil como sujeito desse processo de enfrentamento à violência no Estado do Espírito Santo. E é a isso que nós estamos dispostos.

Outra questão. É preciso que a gente invista nas políticas de ações afirmativas, invista nas políticas públicas de juventude. O Bruno, que é o nosso gerente de juventude, acabei de vê-lo chegar, é uma pessoa comprometida. Mas, para vocês terem uma ideia, hoje, o Espírito Santo, que enfrenta esses vários problemas, no que tange à garantia de acessos à juventude, conta apenas com uma gerência de juventude que não tem um orçamento próprio, que ainda não tem uma equipe técnica, que ainda não tem um suporte necessário para desenvolver as ações que necessitaria desenvolver no Estado do Espírito Santo.

Então, a gente precisa fortalecer, Secretário, as políticas públicas de juventude. E isso passa por um fortalecimento da gerência, isso passa por colocar a juventude de fato como uma prioridade para as ações do Governo.



Além disso, as políticas de combate ao racismo ainda não foram assumidas por esse Governo. Havia sido criada uma Gerência de Igualdade Racial, criou-se um Conselho de Igualdade Racial, mas a gerência até hoje não foi nomeada e não conta com uma equipe. O Conselho de Igualdade Racial tem dificuldades de funcionar por não ter o apoio devido do Estado para que funcione.

Então, essas são pistas fundamentais para a superação desse quadro, porque, se se identifica que quem mais morre no Estado do Espírito Santo são jovens e são negros, e se você vê que nessas políticas a gente não tem um investimento do Estado — a gente chega ao ponto de não ter uma gerência de igualdade racial nomeada e chega ao ponto de não ter condições mínimas para que uma gerência de juventude funcione —, a gente vai identificar por que esse problema da violência persiste no nosso Estado.

E, por último, aproveitando a presença aqui da Dra. Vivian de Almeida, da Defensoria Pública, nós precisamos também investir no acesso à Justiça no Estado do Espírito Santo, sobretudo no acesso à Justiça para os mais pobres e para a população negra.

Para vocês terem uma ideia, o aparato do Ministério Público e do Poder Judiciário é imensamente maior do que o aparato da Defensoria Pública, que é responsável por oferecer assistência jurídica para os necessitados, enfim, para os pobres e negros do nosso Estado.

A Defensoria Pública conta com um quadro de defensores muito aquém do estabelecido na legislação, conta com um orçamento com o qual é preciso fazer malabarismo para conseguir manter os seus núcleos funcionando, para conseguir manter os seus defensores atuando. Enquanto se tem um aparato de acusação na Justiça Criminal, que é o Ministério Público, que tem todo apoio e investimento, e quando se tem um Judiciário que também tem todo apoio e investimento e se tem uma Defensoria Pública capenga, a gente consegue identificar por que tantos jovens negros são encarcerados e permanecem encarcerados nesse sistema prisional do Estado do Espírito Santo, que produz tortura, produz desumanidades a todo tempo. *(Palmas.)*

Então, é disso que nós estamos falando. Apesar do discurso, apesar do diagnóstico, são necessários gestos concretos, são necessários compromissos



concretos do Governo do Estado do Espírito Santo, para que a gente consiga de fato romper o problema da violência e garantir direitos à população negra do nosso Estado.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Reginaldo Lopes) - Obrigado, Lula, pela intervenção.

Quero convidar para falar também o Sr. Gutemberg.

**O SR. GUTEMBERG EVANGELISTA GUEDES** - Bom dia a todos e a todas. Eu gostaria de cumprimentar a Mesa na pessoa do Presidente, Deputado Reginaldo, e dizer que, depois da fala do Lula, é até complicado falar. Quero dizer que nós, enquanto INSPIR, enquanto instituto, somos do Instituto Intersindical para Assuntos de Promoção de Igualdade Racial da América Latina. Ela é formada pelas três maiores centrais sindicais do Brasil — a CUT, a Força Sindical e a UGT —, a Solidarity Center que é uma central sindical americana, e a AFL-CIO, que é uma central sindical europeia. E o nosso papel, nosso maior papel é fazer esse debate da discriminação em todos os ambientes da sociedade, principalmente no mercado de trabalho.

E na comemoração dos 25 anos do INSPIR, foi deliberada, no seu último congresso, a construção da coordenação de juventude, onde eu estou hoje, neste momento, coordenador.

Eu gostaria de ressaltar que o Deputado falou que ficou surpreso com as 14 pistolas que foram roubadas no Estado do Espírito Santo. Bem, Deputado, se o senhor não sabe nossa realidade, mídia ganha eleição, mas não governa. O Governador se elegeu com uma propaganda mentirosa, falando que o Estado do Espírito Santo passava por uma crise econômica.

Pois bem, dados de várias instituições, até mesmo de auditorias contratadas por ele e promovidas por independentes sindicatos do Estado do Espírito Santo e até pelo IBGE, mostram que o Estado do Espírito Santo foi o único Estado da Região Sudeste que cresceu economicamente.

No Estado do Espírito Santo, o atual Governo corta 35% da segurança pública do Estado. Ou seja, a Polícia Militar está rodando com 50 reais de gasolina por semana. E aí do policial que falar mal do Governo ou do Comando! Então, a



gente já sabe o que ele sofre. São dados do próprio sindicato de segurança pública do Estado do Espírito Santo. Essa é a mazela do Estado do Espírito Santo ao tratar a segurança pública.

Temos, sim, que fortalecer as mesas de diálogo entre sociedade civil, setores de segurança pública e Judiciário. Para isso, como o Lula falou, o conselho de segurança pública seria fundamental, mas, infelizmente, esse conselho até hoje não existe. E é uma reivindicação, uma pauta gritante do movimento social do Espírito Santo em relação a isso.

A distratação da Polícia Militar nós tratamos dessa forma no Espírito Santo. Nós gostaríamos de uma polícia mais humanizada. Nós defendemos, enquanto INSPIR, nós estamos orientando todas as centrais sindicais e principais centrais sindicais aqui do Espírito Santo que levem esse debate para seus sindicatos de base: a desmilitarização da Polícia Militar. A Polícia Militar precisa tratar a sociedade com mais humanidade, principalmente o jovem negro da periferia. (*Palmas.*)

Como nosso companheiro Lula aqui afirma, e aqui também estava o companheiro Feijão, que é um grande lutador da juventude da periferia, o que nós defendemos é um diálogo mais aberto e que a Polícia Militar e a sociedade parem de ver o jovem negro, de boné de aba reta como principal suspeito, principal bandido da sociedade.

Há necessidade, Sr. Deputado, de nós construirmos políticas públicas voltadas para essa juventude que tanto sofre no Estado do Espírito Santo. Há necessidade, Sr. Deputado, de propostas que foram encampadas por nós na primeira conferência, na segunda conferência — e agora está chegando a terceira conferência —, que foram uma grande demanda, que são as universidades públicas estaduais.

O Estado do Espírito Santo só perde para o Acre. Os outros Estados têm universidades públicas estaduais. O Estado do Espírito Santo não tem. Foi gasto dinheiro para comprar terrenos, estrutura para se montar as universidades estaduais. O atual Governador chega e fala que é contra universidade estadual e cancela todas as obras. É um desperdício com o dinheiro público.

Então, é essa a nossa fala que nós deixamos enquanto INSPIR e enquanto movimento sindical. Verás que os filhos teus não fogem à luta e que nós vamos



estar na rua, sim, pontuando políticas públicas e defendendo um Espírito Santo mais humano.

Meu muito obrigado a todos. (*Palmas.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Reginaldo Lopes) - Obrigado, Sr. Gutemberg Guedes.

Passo a palavra para Vivian de Almeida.

**A SRA. VIVIAN SILVA DE ALMEIDA** - Bom dia. Quero cumprimentar todos também na pessoa do Sr. Presidente, Deputado Reginaldo, e dizer que, depois de tudo o que já foi dito aqui, a nossa fala acaba ficando extremamente repetitiva, mas só vou pontuar algumas questões como Defensora Pública.

Trabalho na Coordenação de Direitos Humanos da Defensoria e não poderia deixar de pontuar algumas coisas, na medida em que a maioria esmagadora dos nossos defendidos são pessoas negras, principalmente dentro do nosso sistema carcerário. A gente faz atendimentos diários, atendimentos constantes dentro do nosso sistema penitenciário e socioeducativo. Então, é uma realidade que está diretamente associada à nossa atividade diária.

E queria pontuar a importância dentro dessa nossa estrutura deficitária da Defensoria Pública. A gente vem enfrentando alguns temas também com muita força. Preocupa muito à Defensoria Pública, e a gente também já manifestou a nossa opinião pública no sentido contrário à redução da maioridade penal, especificamente porque conhecemos a realidade do sistema socioeducativo, do sistema carcerário. A gente verifica os índices, até mesmo pelos índices de reincidência, e, enquanto o índice de reincidência dentro de uma penitenciária é de 70%, o índice de reincidência dentro de uma unidade socioeducativa varia de 10% a 25%.

Então, quer dizer, são dados também muito relevantes dentro da nossa atuação diária que a gente verifica. É preciso que isso seja ressaltado dentro desse debate e dentro desses elevados índices de violência contra os negros, especificamente contra a juventude negra.

Outro dado também que é importante que seja pontuado — e eu realmente só vou pontuar, porque já foi defendido com muito brilhantismo nas falas anteriores — é a questão dos autos de resistência. Como isso perpassa pelo sistema de justiça,



como a gente trabalha com essa temática, é algo que precisa ser discutido, é algo que precisa ser problematizado, justamente para começar a discutir os focos dessa violência e a maneira como essa violência se desenvolve. Então, esse é um tema também de grande relevância a ser pontuado.

Por fim, também quero pontuar a questão da própria militarização da polícia. Esse também é um tema que a gente verifica que é muito relevante no nosso cotidiano, no nosso dia a dia, a maneira como são feitas as abordagens, quais são os critérios de abordagem. A gente sabe quais são os critérios de abordagem, mas a gente precisa problematizar essa questão e discutir também um pouco dessa questão se a gente quer combater o foco dessa violência.

Então, de forma bem curta, eram essas as contribuições.

Obrigada. (*Palmas.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Reginaldo Lopes) - Obrigado, Vivian de Almeida, pela contribuição. A Defensoria Pública tem acompanhado a CPI e participado ativamente, e tem sido a voz do nosso povo e, em especial, dos jovens negros e pobres.

Eu quero convidar para compor aqui a Mesa também a Mariana Perin, Secretária Nacional do Partido Verde. (*Palmas.*)

Passo a palavra para Arilson Ventura.

**O SR. ARILSON VENTURA** - Muito bom dia a todos. Quero cumprimentar aqui o Deputado Presidente desta CPI, cumprimentar o companheiro Gutemberg e cumprimentar todo o público presente.

Eu estou Coordenador-Geral das Comunidades Quilombolas do Estado do Espírito Santo. Eu sou da comunidade quilombola de Cachoeiro de Itapemirim, a comunidade Monte Alegre, e estou Coordenador Nacional das Comunidades Quilombolas do Brasil e também, por conta disso, Conselheiro Nacional da Igualdade Racial do CNPIR. E uma das razões pelas quais nós estamos no CNPIR é porque o CNPIR tem como objetivo principal o combate ao racismo, ao preconceito e à discriminação racial.

Eu quero dizer, Deputado Reginaldo, da grande importância que tem esta CPI, porque, na verdade, o grande problema, ou um dos grandes problemas que nós



temos nessa questão, nessa discussão em especial, é o racismo institucional. O racismo institucional acaba dificultando que a discussão possa ser feita.

No Espírito Santo, por exemplo, mais de 50% da população capixaba é negra, contudo — muito embora aqui o companheiro Lula tenha dito muito bem —, mesmo com essa população gritante, essa população presente, mesmo assim, são pouquíssimas políticas que nós temos que vão ao encontro dessa população.

Para se ter uma ideia, no Espírito Santo, essa população está reivindicando, desde sempre, aos governantes que têm passado por aqui, sobretudo, que possa ser criada uma secretaria de promoção da igualdade racial aqui no Estado. E a resposta tem sido o silêncio.

Como bem disse aqui o companheiro Lula, foi criado, sim, um organismo no Governo do Estado, mas não foi uma secretaria, não foi uma subsecretaria, não foi uma diretoria, mas foi, sim, uma gerência de igualdade racial. Mas neste Governo, infelizmente — agora nós já estamos entrando hoje, dia 1º, no sexto mês do ano —, não foi ainda nomeado ninguém para gerenciar essa gerência. Então, a população negra entende que não se tem, de fato, intenção nenhuma de fazer um trabalho em prol dessa população. Então, para não ser repetitivo, como os companheiros colocaram muito bem aqui, nós temos um aparato legal que já existe. Precisa ser aplicado. E as comunidades quilombolas não são diferentes.

As comunidades quilombolas aqui do Espírito Santo, por exemplo: nós tínhamos aqui uma média de 100 comunidades quilombolas espalhadas no norte do Estado, na região centro, serrana e no sul do Estado. Essas comunidades também são vítimas da violência. E a não aplicação dessa legislação já é uma violência às nossas comunidades.

Eu não sei se o Deputado Evair de Melo ainda está presente. Que chegue a ele a informação que eu vou passar. O Evair é meu amigo pessoal, estudei no ensino médio junto com ele, na Escola Agrotécnica, em Rive. O Deputado trouxe uma informação bastante importante. Ele faz parte do Conselho ou da Comissão de Agricultura da Câmara Federal.

Aquela Comissão, Deputado Evair, é uma das Comissões que mais tem trazido violações aos direitos das comunidades quilombolas. Eu queria pedir ao senhor, como amigo que é, companheiro que conhece as comunidades quilombolas



no Espírito Santo e vai conhecer as do Brasil, que possa ser o intercessor e o defensor das comunidades quilombolas naquela Comissão, porque é naquela Comissão que está sendo criada — ou um membro daquela Comissão que está puxando para cima — uma Comissão Parlamentar de Inquérito para investigar os territórios quilombolas no Brasil. Fazendo isso, impede-se que as comunidades quilombolas sejam tituladas. Isso é violação ao direito, contra os nossos jovens quilombolas que estão lá, porque aí a política de agricultura não chega à comunidade, porque a Comissão de Agricultura inviabiliza que essa política possa chegar. Então, eu peço, nobre Deputado, que contribua com as comunidades quilombolas ali naquela Comissão.

Como bem disse aqui a companheira dos direitos humanos, nós temos diversos representantes quilombolas que fazem parte do programa de defesa e direito exatamente porque essa violência acaba nos atingindo no campo e, sobretudo, nas comunidades quilombolas. Como nós temos uma política de trabalhar a titulação dos territórios quilombolas, nós entendemos esse retorno das terras às comunidades quilombolas como uma forma para que elas possam produzir junto às suas famílias e a gente possa evitar um pouco dessa violência no campo, para que as comunidades possam ter dignidade, possam ter trabalho, possam ter produção e renda para as nossas famílias. Mas a política ainda não tem chegado para as comunidades quilombolas.

Aqui no Espírito Santo nós temos em torno de 100 comunidades quilombolas, como eu disse, espalhadas em todo o Estado do Espírito Santo. Dessas 100 comunidades, nós já temos 40 comunidades que já são certificadas pela Fundação Cultural Palmares, já em condição de receber toda e qualquer política pública para essas comunidades, porém essas políticas não têm chegado às comunidades.

As políticas públicas, Deputado Jorge Silva, que muito bem representa lá o Município de São Mateus e o Espírito Santo, ainda não têm chegado até as comunidades quilombolas. Então, alguma coisa está errada. Quando bem disseram aqui os companheiros que já nos antecederam, quando a gente reivindica alguma ação que vá ao encontro da comunidade, a ação na chega, mas, quando se reivindica a polícia para prender alguém, com algum problema, a polícia chega. Então, alguma coisa está errada.



Nós temos uma coordenação atuante no Estado do Espírito Santo e nós estamos à disposição para dialogar, para que a gente possa fazer com que políticas públicas de fato cheguem às comunidades quilombolas, para evitar que essas violações de direito continuem ocorrendo.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Reginaldo Lopes) - Obrigado, Sr. Arilson Ventura, nosso Secretário Nacional da SEPPIR e também das comunidades quilombolas. Obrigado pela presença — já estive conosco também na CPI.

Quero passar a palavra para nossa Secretária Nacional da Juventude de PV, Mariana Perin, cuja presença é importante, porque essa bandeira tem que ser das juventudes partidárias também.

**A SRA. MARIANA PERIN** - Bem, eu vou tentar enxergar todo mundo aqui no cantinho.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Reginaldo Lopes) - A senhora não quer falar em pé?

**A SRA. MARIANA PERIN** - Não, eu acho que pode ser daqui também, não precisa nem ser no púlpito.

Primeiro, eu vou me apresentar. Meu nome é Mariana Perin. Eu estou Secretária Nacional de Juventude do Partido Verde, recém-eleita. Assumi a cadeira nesta última sexta-feira e já vim a convite da Executiva Estadual aqui do Espírito Santo e a convite do Deputado Evair de Melo para participar deste debate tão importante desta CPI puxada.

Quando eu fiquei sabendo pelo Deputado que foi puxada, senti muita honra, porque realmente este tema é um tema que não é muito debatido dentro do Partido Verde. A gente tem dificuldade de chegar com o tema. O tema juventude hoje é mais tranquilo de ser debatido dentro do nosso partido, mas, quando a gente fala do enfrentamento contra a juventude negra, a gente sente uma certa resistência. Por quê? Porque há tantos outros temas que o partido debate, que a gente definiu, enquanto juventude partidária, que todas essas questões serão prioritárias das nossas Executivas Estaduais da Juventude.

Eu queria agradecer a presença da Priscilla, que foi quem principalmente me convidou. Ela é a Secretária Estadual de Juventude aqui do PV do Espírito Santo e é



membro do Conselho Nacional de Juventude — CONJUVE. Também é uma pessoa que tem um canal de diálogo com o CONJUVE e foi a nossa escolhida nacionalmente para representar o Partido Verde hoje no Conselho Nacional de Juventude.

É importante ressaltar que há um compromisso da Juventude Verde Nacional com o tema, e não só com a questão da juventude negra. A gente conseguiu, dentro da Mesa da nossa Executiva Nacional, o comprometimento de que não haverá nenhuma votação favorável à redução da maioria penal na nossa bancada. (*Palmas.*) Isso foi uma luta da juventude. Inclusive, foi retirado do nosso programa partidário o item que permitia exceções com a redução da maioria penal, porque não existe exceção, não existe. Jovem tem que ter lazer.

Eu sou uma pessoa que defende muito a questão do ócio criativo. Acho que foi até o Deputado Evair que citou a questão dos jovens de periferia que hoje são bem-sucedidos, são jogadores de futebol profissionais. Enfim, por que esses jovens de periferia hoje são bem-sucedidos? Porque o único jeito de a gente tirar o jovem vulnerável da criminalidade é através do lazer, do esporte e da cultura. Essas são questões que a gente tem que debater, e não só falar com a segurança pública, ou falar “*Ah, vamos aumentar o número de policiais na rua*”, ou se perguntar “*Como é que a gente vai combater a criminalidade?*” O melhor jeito de combater qualquer tipo de criminalidade é através do ócio criativo, porque esse jovem só vai se sentir parte da sociedade se ele estiver feliz. Começa por aí.

Eu sou uma pessoa que chega a ser um pouco paradoxal ao falar, porque muitas vezes defendo o jovem que hoje faz parte do crime organizado. Eu não defendo o crime organizado, mas defendo esse jovem que faz parte do crime organizado. Isso porque, dentro do crime organizado, ele se sente parte de alguma coisa, ele se sente protagonista lá dentro.

Então, por que a gente, enquanto poder público, enquanto juventudes partidárias — e não digo sociedade civil organizada, porque vocês fazem um papel maravilhoso —, mas, enquanto agentes políticos, por que a gente não dá uma oportunidade para esse jovem se sentir parte de alguma coisa e se sentir protagonista na sua vida, na sua comunidade? Então, isso também é um erro nosso.



E se as juventudes partidárias e as juventudes dentro do poder público... Então, assim, institucionalizando os órgãos de juventude... Eu não sei como está a situação no Governo do Estado. Parece que há uma dificuldade na criação desse órgão, no empossamento e no empoderamento deste órgão de juventude. A gente também tem essa dificuldade no Estado de São Paulo. Pela primeira vez, um gestor de juventude negro foi nomeado, abriu o diálogo com a sociedade civil e com os diversos eixos da sociedade. Mas, enquanto a gente também não cobrar dos Governos e dos Poderes Executivos a criação de órgãos de juventude, a gente também não vai conseguir dialogar direito.

Mas e os conselhos? Como está a posição dos conselhos aqui no Estado do Espírito Santo? As juventudes partidárias precisam abraçar o tema, precisam!

Hoje, existe um grupo suprapartidário de juventudes partidárias. Acho que 90% desse grupo assinou uma carta que diz que nós somos contra a redução da maioria penal.

Então, também não adianta falar assim: *“Ah, por que a gente bate tanto na tecla da redução?”* Por que, hoje, eu acho que a gente debate o tema do enfrentamento contra a violência da juventude negra? Desde a 2ª Conferência Nacional de Juventude, este tema foi retirado como tema prioritário. E aí, de repente, vem à tona na Câmara dos Deputados uma votação absurda sobre a redução da maioria penal, que vai contra tudo o que a gente tem lutado nos últimos 4 anos! E aí? Esse tema juventude negra acaba sendo colocado de lado, para a gente discutir a redução da maioria penal, que não deveria nem estar em pauta, de tão absurdo que é!

Então, eu acho que são questões sobre as quais temos que refletir. E há o compromisso da Juventude Verde em trazer esses temas, que podem ser cobrados de nós, inclusive porque a nossa bancada vai ser cobrada por nós. Então, sintam-se à vontade para também fazer um movimento suprapartidário no Estado do Espírito Santo para abraçar esses temas.

Em São Paulo temos, dentro da Assembleia Legislativa de São Paulo, uma Frente Parlamentar de Juventude. Nessa Frente Parlamentar, a gente tem os Deputados que a assinam, mas são os jovens dos movimentos sociais, em parceria



com os jovens do movimento partidário, com os jovens das militâncias diversas, que, em conjunto, trazem as demandas. A gente traz as pautas dessa frente.

Então, eu sugiro a vocês que criem uma Frente Parlamentar de Juventude aqui dentro desta Casa, para que vocês possam ter um diálogo maior sobre isso. Tem dado supercerto no Estado de São Paulo.

São essas as minhas sugestões.

Muito obrigada pelo convite. Sinto-me muito honrada em estar nesta Mesa com vocês e com a senhora.

Obrigada. *(Palmas.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Reginaldo Lopes) - Obrigado, Mariana.

Passo a palavra para o Secretário de Ações Estratégicas, Sr. Martinelli.

**O SR. EVALDO FRANCA MARTINELLI** - Bom dia! Deputado Reginaldo Lopes, eu queria cumprimentá-lo, principalmente pela extensão do tema, a questão da mortalidade de jovens negros e pobres. Eu vou abordar especificamente a segunda parte, que envolve a questão extrema da desigualdade que existe em nosso País.

Deputada Rosangela Gomes, Relatora, meus cumprimentos! Aos demais, em nome das Vivians, eu cumprimento o restante da Mesa e todos os representantes da sociedade civil organizada.

Eu queria cumprimentar o Deputado Evair de Melo e o Deputado Dr. Jorge Silva, os dois representantes federais no Espírito Santo; o Deputado Delegado Edson Moreira; o Nunes — eu não sei se ele está aí ainda; o Honório; e o Deputado Luiz Couto. Nossos cumprimentos à Chefe de Polícia Civil, Dra. Gracimeri.

A questão que se coloca é de extrema importância, e eu vou colocar alguns dados a mais, que jogam mais luz em cima do grave problema que se vive. Vou começar com a parte da educação.

O Espírito Santo tem 50% de população branca e negra. Morrem 80% dos jovens, majoritariamente homens. São 90%, 91%, varia de região. Mas, arredondando o dado, são 89%, 90%, 91%. Dos jovens negros, 70% estão fora da escola. Dos que praticam crime, esse número chega a 80% fora da escola.

Nós temos uma questão gravíssima — e nisto eu elogio a temática da CPI —, em que os 25% mais pobres da nossa população na idade adulta, só 25% da



população mais pobre na idade adulta concluem o ensino médio. É o mesmo patamar da Nigéria. Da parte de cima, 90% concluem o ensino médio na idade adulta, e esse é o patamar da Coreia. Então, nós temos duas realidades que chocam e mostram a complexidade e a gravidade do problema. Nós temos um problema educacional, e não é a falta a causa, mas é um problema grave: você coloca o jovem que está dentro do mesmo território dito violento; o risco de esse jovem negro — de 15 a 24 ou, se se quiser estender, de 15 a 29 anos — ser morto é superior a dez vezes ao de outra pessoa que não tenha o perfil de vulnerabilidade tão alto. E esse jovem negro fora da escola. Altíssima vulnerabilidade.

E há duas situações muito preocupantes e graves. Esse jovem tem um risco muito alto de ser vítima de homicídio. E pela estatística outra que eu falei — só 25% vão concluir o ensino médio na idade adulta —, ele está fadado pelo resto da vida a uma situação de gravíssima situação social, pelo restante da vida.

Sobre o tratamento disso, eu vou falar agora um pouquinho do nosso projeto. A Secretaria, por sugestão minha, está focando... A Secretaria de Ações Estratégicas é uma secretaria que tem por foco central a redução de homicídios dos jovens no Espírito Santo. Logicamente, a prioridade zero são os jovens negros fora da escola.

E qual é o trabalho? Olhar quais são esses territórios mais violentos e focar essa população. Mas por que focar essa população? Primeiro, analisando todos os projetos, todos, inclusive os das organizações não governamentais, inclusive os das organizações sem fins lucrativos, a maioria dos projetos chega quando muito ao território mais violento e não chega quase nunca — quase nunca — à população mais vulnerável, que é o jovem negro fora da escola. Eu estou dizendo para vocês: quase nunca! Foi olhado projeto por projeto, projetos estatais e não estatais. Ou seja, aparentemente a gente está atacando o problema quando vai àquele território mais violento, mas, à realidade, o projeto não chega lá.

E por que não chega? Alguém disse aqui — não sei se foi o Lula ou foi o Deputado Evair — da invisibilidade. Nós temos o problema gravíssimo da invisibilidade desse público e o de que os projetos não chegam lá. Esse é o nosso desafio.



E não é fácil chegar, não é fácil, não é fácil! Essa semana eu conversei com dois defensores, Dra. Geana e Dr. Pedro, justamente sobre essa dificuldade de a própria Defensoria conseguir chegar até essas pessoas.

E por essa dificuldade, o desafio é muito grande, porque nós temos que trabalhar a escola. Por que eles estão saindo da escola? E se começa a sair da escola com dez anos de idade. Então, é preciso aportar o sistema de proteção social para que ele não entre naquele grupo de alto risco, de alta vulnerabilidade, que vai de 15 a 24 anos. Então, você tem que começar a acionar fortemente o sistema de proteção social. Dos 10 aos 15 anos, é sistema de proteção. É educação, cultura, esporte, arte, de forma que chegue ao público a que tem que chegar: a juventude negra, pobre, nessa faixa etária. E o sistema de proteção, um pouco antes. Senhores, analisem qualquer dado, analisem qualquer projeto: vocês vão ver que não chega.

E a gente tem sempre um foco de analisar quantos atendimentos, e não olha o perfil de quem está sendo atendido, exatamente. E a estatística, que poderia nos ajudar, quando mal feita, ela mascara a nossa incompetência para chegar aos locais. E este é o trabalho que nós estamos lutando para desenvolver, para que consigam os projetos chegarem até essas pessoas e ouvi-las. E como é que ouve? Ouve chegando mais próximo das comunidades.

Está aqui o Diego, do Observatório da Juventude. Algumas vezes nós nos reunimos. Já fomos lá para dentro das comunidades. Em uma das comunidades: *“Não, você tem que ouvir a representação da comunidade”*. Fui ouvir. Cheguei lá, o.k., expliquei qual é o nosso público-alvo, onde está a nossa maior fragilidade. *“Não, mas vamos conversar.” “Sim, cadê os representantes da parcela vulnerável?”* Não tinha e não tem. Então, essa é uma dificuldade grande. Não tinha e não tem.

Nós estamos acionando um sistema chamado busca ativa, para a gente ir até essas pessoas para conseguir que elas sejam protagonistas desse processo. Caso contrário, a gente vai fazer mais do mesmo: vai continuar chegando com o projeto, e esse projeto não atingindo o nosso público-alvo e não protegendo quem é mais frágil nessa escala toda. Não é fácil, não é fácil! Estou indo para dentro das comunidades, e não tem representação. A gente começou a chegar através dos coletivos juvenis,



que têm alguma organização e alguma representatividade. Não é fácil a tarefa. E essa é a tarefa que a Secretaria está coordenando, está indo atrás.

A sociedade civil organizada, a gente precisa da interlocução com esses setores, e a gente precisa da ajuda para fazer isso aí. Não é fácil. Não subestimem o trabalho. Não é fácil voltar as pessoas para a escola e desenvolver os projetos culturais e esportivos, e esse projeto chegar até essas pessoas.

Então, esse é o trabalho, o trabalho focado, direcionado para que a gente reverta os 40% dos homicídios totais, que são desses jovens. O nosso trabalho consiste em... O Espírito Santo tem reduzido esse número. Há 5 anos, ano a ano, o número de homicídios está sendo reduzido. O Dr. André citou muito bem o dado. Entretanto, permanece sempre em 40%. O desafio do Espírito Santo é esse percentual de jovens como vítimas de homicídio cair com velocidade maior do que a velocidade com que vem caindo o número de homicídios no Espírito Santo.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Reginaldo Lopes) - Quero agradecer ao Sr. Martinelli. De fato, ele traz um assunto muito importante. Se o Brasil realmente quer e deseja reduzir as taxas de homicídios, ele terá que focalizar o enfrentamento dos homicídios de jovens negros e pobres. O que aconteceu em 12 anos? Houve uma redução de aproximadamente 40% de mortes de homicídios de jovens brancos e houve um aumento inversamente proporcional de 40% dos jovens negros e pobres no Brasil. Então, qualquer política que deseje reduzir esse percentual terá que focar esse enfrentamento.

Segundo, eu presidi a Comissão da Reforma do Ensino Médio. Aquilo que nós chamamos na CPI... E alguns acham que a CPI exagera, porque há um extermínio, mas não há um genocídio, e sempre há esse debate sobre se é genocídio ou é extermínio. Além das mortes físicas — e as taxas são estarrecedoras, pois são 29 adultos, mas, quando no Brasil se faz o corte racial, são 59, e em vários Estados há mais de 100 mortes de jovens negros e pobres —, você tem aquilo que o Martinelli colocou muito bem aqui: a morte simbólica dos nossos jovens negros e pobres.

Este é um país que ficou quase 400 anos com trabalho escravo. Depois, houve a expulsão para as favelas, para as periferias, e a total ausência de políticas



públicas do ponto de vista do fim da abolição da escravatura. Nós estamos no mês, enceramos o mês sem nenhuma garantia de direitos ou reparação de danos.

Agora, infelizmente, a política de segurança pública direciona dois caminhos para os nossos jovens negros e pobres: o primeiro, a prisão em flagrante de crime patrimonial, 50%; depois, a prisão em flagrante de usuários de drogas, não de traficantes, mas pequenos usuários. Ou microtraficantes, devido à questão da política do *crack*, que tem dois fenômenos: a questão farmacológica, pois é uma substância com um dos maiores potenciais psicoativos, perdendo para poucas drogas, como heroína e drogas sintéticas; e depois a questão mercadológica, que obriga o cidadão, depois de 2 anos, a ser microtraficante, porque ele já vendeu tudo na sua casa, na sua vizinhança, entre os seus parentes. Esses dois fenômenos, de fato, exigem um olhar novo da segurança pública. Isto é responsável hoje, Sr. Martinelli, por quase 90% da população que está encarcerada.

Então, a política seletiva de segurança pública, como foi muito colocado por vários aqui — definir perfil padrão de criminoso, definir abordagem pela cor da pele, definir o jovem como inimigo interno, fazer uma política de guerra às drogas extremamente falida —, compõe a população carcerária. Quase 70% ou mais de 70% são jovens negros e pobres. E se escapar da prisão em flagrante, porque a abordagem sempre escolhe a cor da pele — porque, se não há prisão por elucidação de homicídios, só 3% são elucidados —, a nossa população está presa em flagrante provisório, a ampla maioria, então são os negros e os pobres. Escapando dessa prisão, são mortos alguns, um grande percentual, 80%, de jovens e negros.

Portanto, nós precisamos enfrentar esse debate. Enfrentar esse debate, às vezes as pessoas não gostam disto, mas nós precisamos pegar a juventude viva e transformar em uma política do Estado, republicana, focalizada, senão nós estamos naturalizando a morte dos jovens negros e pobres, simbolicamente, o que é talvez mais perverso, eu diria, que a morte física. Você submete essa juventude à exclusão total.

Esse enfrentamento, evidentemente, é complexo. Nós temos que ter coragem de jogar luz sobre esse tema, convencer os homens de bem deste País, a sociedade



de bem, os poderes, para que a gente possa mudar essa realidade. Esse é o desafio.

Quero aqui agradecer a todos a presença, as falas, todas as intervenções.

Agora informo que nós vamos passar à audiência. Nós temos aqui 16 inscritos da sociedade civil que estão no plenário. Nós vamos ouvir por 3 minutos cada intervenção.

Eu quero desfazer a Mesa, agradecer a todos a presença e convidar os Deputados do Espírito Santo para ajudar no trabalho e compor a próxima Mesa, o Deputado Dr. Jorge Silva e o Deputado Evair de Melo.

Quero também registrar a presença do nosso Vereador Devanir Ferreira, da capital, e Presidente Estadual do PRB, partido da nossa Relatora, Deputada Rosangela Gomes. Muito obrigado, mais uma vez!

*(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Reginaldo Lopes) - O Secretário vai permanecer.

Vamos passar para a primeira oradora do plenário, Dra. Lorena dos Santos, advogada da ação civil pública contra o Estado do Espírito Santo. *(Pausa.)*

Convido para compor a Mesa os Deputados Delegado Edson Moreira e Luiz Couto.

Com a palavra a Dra. Lorena dos Santos.

**A SRA. LORENA ZUCATELLI DOS SANTOS** - Bom dia a todos! Bom dia à Presidência da Mesa e a demais autoridades presentes. Eu sou advogada, trabalho em um escritório chamado Gilberto Alvares & Advogados Associados, em que o foco é direito empresarial, econômico e ambiental, só que a gente também tem uma política de atuar em algumas causas sociais com que nós nos identificamos, por meio da advocacia *pro bono*.

Desde novembro de 2010 ajuizamos uma ação civil pública contra o Governo do Estado do Espírito Santo, representando as entidades Francisco de Assis: Educação, Cidadania, Inclusão e Direitos Humanos — FAecidh, que é de São Paulo; o Instituto Elimu Professor Cleber Maciel, daqui do Estado; o Centro de Estudos das Relações de Trabalho e Desigualdades, também de São Paulo; o Instituto de Estudos Afro-Brasileiro Manuel Querino, de São Paulo; a EDUCAFRO; e o Centro



de Comunicação e Cultura Popular Olho da Rua, que é daqui do Estado. No dia 19 de novembro de 2010, nós protocolamos essa ação civil pública, que é a primeira ação civil pública ajuizada no Brasil após o advento do Estatuto da Igualdade Racial.

Os principais fundamentos para o ajuizamento dessa ação é o art. 5º, inciso XXXV, da Constituição Federal, que fala que *“todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade”*; e que *“a lei não excluirá da apreciação do Poder Judiciário lesão ou ameaça a direito”*. E também teve como fundamento primordial o próprio Estatuto da Igualdade Racial.

O objeto principal dessa ação é a tutela jurisdicional da população negra, expressamente prevista no Estatuto da Igualdade Racial, de modo a dar efetividade a esse instrumento e garantir que sejam adotadas pelo Governo do Estado do Espírito Santo as medidas especiais para coibir a violência policial incidente sobre a população negra no Espírito Santo.

Dentre os pedidos que a gente formulou estão basicamente todas as reivindicações que já foram postas aqui pelos movimentos sociais. Eu vou citar alguns, só para ficarem claros: que seja determinada ao Governo do Estado a criação de delegacias especiais de combate ao racismo; que seja determinada uma estrutura, uma reestruturação no âmbito da Defensoria Pública estadual, com maior aparelhamento de sua estrutura, para que possa justamente atender à população mais carente do Estado; o desenvolvimento de ações de combate ao racismo institucional no âmbito do Governo Estadual, com uma articulação integrada de ações semelhantes com os Governos municipais, bem como que seja inserido o quesito de cor e raça nos registros públicos de nascimento, óbito, violência e saúde, de modo a mapear essas violências cometidas contra a população negra, possibilitando, assim, o direcionamento de políticas públicas.

Outros pedidos que a gente fez na ação é a capacitação continuada dos membros da Polícia Civil, Polícia Militar e Corpo de Bombeiros nas questões relativas aos direitos humanos de combate ao racismo; que seja incluída uma disciplina obrigatória nas academias, escolas e cursos de formação das Polícias sobre essas relações raciais e a legislação antidiscriminatória; criar os centros de



referência regionais de apoio à vítima de violência racial e étnica; implementação de ações afirmativas por meio de campanhas, cartilhas educativas para policiais e para a população em geral; e, em especial, a elaboração de um plano especial de combate à violência policial cometida contra as populações quilombolas, orientado para o tratamento humanizado e antidiscriminatório da população negra quilombola.

Com essa ação, protocolada em novembro de 2010, nós tivemos uma decisão interlocutória, como a gente chama. Essa ação tramita na 1º Vara dos Feitos da Fazenda Pública Estadual de Vitória, na justiça comum, na qual o juiz que cuidava do caso na época, o Dr. Carlos Henrique de Araújo Pinto, considerou ilegítimas para atuar como autoras da ação as entidades que não eram residentes aqui no Espírito Santo. Então, hoje nós temos apenas dois autores que se mantiveram no polo ativo dessa ação. As outras entidades, a FAECIDH, o CEDH e o Instituto de Estudos Afro-Brasileiros, todos localizados em São Paulo, foram extintos da ação porque o juiz entendeu que essas medidas pleiteadas teriam o âmbito estadual, regional.

Portanto, as outras entidades dos outros Estados não estavam aptas a requerer isso pela juventude negra capixaba, o que a gente não entendeu dessa forma.

Mas, assim, o Governo do Estado apresentou, então, a sua contestação, e dentre os principais pontos que ele argumentou para não concordar com essa ação civil pública é que o desenvolvimento dessas medidas que foram pleiteadas depende da implementação de opções político-administrativas do Executivo e de questões técnicas e orçamentárias que não podem ser executadas de forma imediata e irrestrita em todos os setores da sociedade capixaba.

Ou seja, é uma inércia estatal totalmente injustificável, porque desde 2010, até agora, a gente não viu o Estado se movimentar para incluir essas políticas, essas medidas nos seus orçamentos participativos, nos seus orçamentos públicos.

Com isso, então, a gente apresentou uma réplica, ainda em dezembro de 2011, e desde 2012 a ação está parada na 1º Vara dos Feitos da Fazenda Pública Estadual. A gente conseguiu no final de 2014 pleitear que fosse determinada uma audiência... O nosso pleito maior era uma audiência prévia, uma audiência



preliminar, em que as entidades envolvidas e o Governo do Estado estejam presentes, por meio da Procuradoria-Geral do Estado, para debater esse assunto.

A juíza, então, determinou uma audiência de conciliação para o dia 4 de março deste ano, às 14 horas. Foi quando, então, o Estado do Espírito Santo peticionou logo em seguida, dizendo que ele não compareceria à audiência de conciliação determinada porque — e, aí, eu abro aspas — ele disse que não há transação possível da magnitude, das implicações e do orçamento público que o objeto da causa exige. *“São políticas públicas de grande alcance e de custos a serem impostos em orçamento público, de resto estabelecido em lei. É assim porque não há como conciliar ou transacionar na audiência designada. Vem o Estado informar que não comparecerá à audiência preliminar designada.”*

Com essa manifestação do Estado a juíza retirou, simplesmente, de pauta, a audiência de conciliação determinada. Então, esse é o tratamento que o Poder Judiciário dá hoje às causas sociais no Estado, e acredito que no Brasil não é diferente. A gente não tem hoje um Judiciário... O Ministério Público não está preparado para atuar e julgar em temas coletivos e sociais. O rito processual estabelecido...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Reginaldo Lopes) - Para concluir.

**A SRA. LORENA ZUCATELLI DOS SANTOS** - Estou terminando.

O rito procedimental que é estabelecido hoje é muito moroso, fica parado junto com os outros processos e não é dada a devida importância que o tema precisa.

Então, com isso, eu gostaria de me associar com todos dessa ação civil pública que existe e pedir que o Governo do Estado aqui presente, o Poder Judiciário se manifeste a respeito.

**A SRA. DEPUTADA ROSANGELA GOMES** - Você pode disponibilizar o número da ação?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Reginaldo Lopes) - A Relatora está perguntando qual é o número da ação, porque a CPI vai solicitar...

**A SRA. LORENA ZUCATELLI DOS SANTOS** - O número do processo é 024100378322. Tramita na 1ª Vara dos Feitos da Fazenda Pública Estadual de Vitória. (*Palmas.*)



**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Reginaldo Lopes) - Obrigado, Lorena Zucatelli pela intervenção e contribuição à CPI.

Parece que o Deputado Evair de Melo quer...

**O SR. DEPUTADO EVAIR DE MELO** - Não, só se eu pudesse dar uma olhada...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Reginaldo Lopes) - A próxima é a nossa Vice-Prefeita de Serra, Lourencia Riani.

**A SRA. LOURENCIA RIANI** - Bom dia a todos e a todas. Bom dia, já quase boa tarde. Já é quase meio-dia. Quero aqui cumprimentar a Mesa, cumprimentar o nosso Presidente.

Como o tempo é só de 3 minutos, em nome de S.Exa. e da Deputada Rosangela, representando as mulheres Parlamentares... O nosso Deputado Dr. Jorge Silva, Evair de Melo e demais Deputados, sintam-se cumprimentados, como as autoridades ainda presentes aqui no plenário.

Eu queria que representante do Governo do Estado estivesse aqui, mas ele já... Ele deve voltar, quem sabe até o final da minha fala.

Primeiro quero, se é que eu posso, Deputado Reginaldo, sugerir algo para a CPI: acho que os Secretários Estaduais de Educação dos Estados que V.Exas. visitaram precisam estar na Mesa, porque um problema gravíssimo do Espírito Santo está concentrado no ensino médio das nossas cidades.

Claro que eu vou falar um pouquinho mais de Serra, não por bairrismo, mas porque conheço mais os dados, e ela é a cidade que tem um índice maior de violência contra os jovens. Não gostaria nem de estar falando dos índices, mas, em 2012, foram 164 por 100 mil; em 2013, 178, e, em 2014, 145... Então, com uma taxa de mulheres também... Dra. Gracimeri acompanha já há algum tempo... Agora é chefe de polícia... Nós estivemos conversando sobre isso. Então, essa é uma taxa de genocídio mesmo, de extermínio da nossa juventude.

Falo do ensino médio porque nossa cidade está com 500 mil habitantes agora, e nós passamos em torno de 12 anos sem a abertura de 1 vaga, sem a construção de nenhuma escola na nossa cidade. Então, uma cidade que, de 1976 a 1979, mais ou menos, tinha 17 mil habitantes e hoje tem 500 mil, se não construir



escolas, não existe... O primeiro sinal de inclusão do nosso jovem é ele ter vaga na escola, e hoje ele não tem. Hoje há um número grande de jovens fora da escola.

O jornal *A Tribuna*, no ano passado e neste ano, fez uma reportagem. No ano passado, eram 122 mil os jovens “nem-nem”, que nem estudavam nem trabalhavam. Este ano, eles fizeram uma reportagem a respeito de 137 mil jovens “nem-nem-nem” — agora já são 3 “nem”. A Serra esteve com 24% no ano passado. Neste ano, eu ainda não consegui ver os dados, mas é muito alto o índice da nossa cidade. O percentual da população da nossa cidade que se autodeclara como negra é de 67%.

Então, eu queria dizer que, se nós não trabalharmos a questão da escolaridade, da elevação da escolaridade da nossa juventude, as oportunidades ficam difíceis, porque hoje o mercado está muito exigente.

Então, tanto do ponto de vista das políticas da assistência, de empoderamento do nosso jovem, tanto do ponto de vista da escola, mas não só uma escola, que é o giz e o professor, mas uma escola que seja atrativa, nós não vamos manter os nossos alunos na escola. E aí, quando o representante do Governo do Estado fez aqui a análise de que os maiores projetos, de que e todos os projetos, sejam governamentais, sejam da sociedade civil, não incluem os jovens que estão fora da escola, isso é porque um dos critérios desses projetos, ou de uma maioria desses projetos, é que o jovem esteja na escola, viu, Secretário? Por que os nossos jovens que não estudam não estão nos projetos? Porque o critério é estar na escola. E por que eu acho que o Secretário Estadual de Educação tem que estar aqui, ou a Secretária, de qualquer Estado? Porque as nossas diretoras ou diretores de escolas do ensino médio ou até do ensino fundamental, quando o menino ou o jovem começa a ficar rebelde, expulsam-no da escola. Aí, a maioria tem um conflito grande, às vezes, com os conselhos tutelares, que vão lá para retornar os nossos meninos para a escola e têm uma grande rejeição.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Reginaldo Lopes) - Lourencia, é para concluir.

**A SRA. LOURENCIA RIANI** - Falar em 3 minutos é muito difícil, não é? Mas eu vou tentar.

Então, eu quero sugerir isso e sugerir que, do ponto de vista do Espírito Santo, nós só teremos taxas menores quando o Estado investir em diminuir os



índices da cidade da Serra, que é a cidade com maior índice de violência contra jovens, mulheres e no geral. Se não, o Espírito Santo não diminuirá suas taxas no decorrer dos anos.

Quero propor que o Estado do Espírito Santo faça um investimento maior no Programa de Liberdade Assistida que tem na Serra, foi a primeira cidade que implantou, e nós temos um índice de reincidência baixíssimo, nesses 12, 13 anos tem 12% de reincidência.

Por final, já que não há mais tempo, para mim, ao tempo em que eu discuto a situação da juventude vulnerável, o investimento é educação, cultura, esporte e lazer. Nós não temos... além das políticas de inclusão social da área da assistência; da polícia eu não vou nem falar, porque vários já falaram, e eu tenho concordância quanto à forma que ela aborda. Mas se nós não tivermos esse tipo de política, nós não vamos incluir nosso jovem, porque o jovem nosso hoje quer muito mais do que queríamos no meu período de juventude. Ele abre o celular e vê o mundo, entra na sala de aula, vê professor, o giz e um quadro, agora, branco — antigamente, era verde.

Então, gente, nosso jovem não fica nessa escola. Essa escola não o atrai. Nós temos que ter formas de atrair e de disputar o nosso jovem com o crime. A disputa passa por investimento na área da juventude, mas sem organismos fortes na área da juventude nós também não conseguiremos realizar nossas políticas públicas. *(Palmas.)*

Eu tinha mais o que falar, Reginaldo, mas numa próxima fala.

Muito obrigada.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Reginaldo Lopes) - Obrigado, Lourencia Riani, pela intervenção e contribuição, especialmente nos últimos pontos, como plataforma da política de prevenção.

Convido Luiz Carlos dos Santos, que é Inspetor do CREA de São Mateus.

Nós estamos tentando ser rigorosos com o tempo. Estávamos planejados para ficar o dia todo. A gente ia fazer reunião na assembleia, íamos visitar uma comunidade, a de Serra — faríamos uma diligência lá na comunidade. Devido à convocação da Ordem do Dia, para a sessão deliberativa de hoje, por causa do



feriado de Corpus Christi, foi prejudicado um pouco o nosso trabalho. Quero pedir desculpas.

Por isso a gente está tentando aqui conter um pouco o tempo e garantir a fala de todos.

Com a palavra o Sr. Luiz Carlos dos Santos.

**O SR. LUIZ CARLOS MARQUES DOS SANTOS** - Perfeito, muito obrigado.

Sr. Presidente, eu gostaria de cumprimentar todos os componentes da Mesa e principalmente o nosso Deputado Jorge Silva, que, além de médico, que tratou muitos de nós brancos, negros ou de origem indígena, é um negro que está cumprindo com a principal razão de estar hoje como Deputado Federal, que é a defesa da comunidade negra do Espírito Santo, no Brasil.

O assunto tem, como recebeu aqui, uma abordagem em vários âmbitos, uma em âmbito internacional, quando se coloca que o Brasil tem cerca de 6 vezes a média dos homicídios que ocorrem no mundo inteiro. Então, isso por si só já é uma questão de política de Estado. Por outro lado, nós temos uma outra realidade, a realidade de que no nosso País o negro sofre uma ação histórica, malresolvida, que foi a libertação dos escravos.

Então, as políticas afirmativas são instrumentos válidos que podem evitar confrontos futuros que seriam um desastre para a nossa sociedade, para o nosso País, que é esse distanciamento entre os muito pobres e os muito ricos.

Foi colocado muito bem pela oradora anterior que a educação é um fator fundamental. Então, é preciso ser dada uma atenção especial a esse instrumento porque não resta dúvida que isso é consenso, que é uma solução. Mas nós temos medida de emergência que foi muito suavemente abordada aqui — a questão da morte de jovens afrodescendentes por ação da polícia. Nós temos que rever, Deputado Dr. Jorge Silva, quando a legislação, vamos dizer assim, aborda a questão as mortes por ação policial, seja intencional, no caso de o policial eliminar aquele elemento ou acidental ou até por autodefesa.

Isso precisa ser revisto e ser colocado, porque nós que temos, com é o meu caso, parentes, amigos e conhecidos na área policial, sabemos que há muitos casos em que a posição é a da eliminação.



Talvez por essa razão tenha-se colocado aqui a palavra genocídio, porque ela é muito complexa, porque ela remonta a situações tão graves como as que aconteceram na África do Sul, muito bem resolvida magistralmente pelo Mandela e seus companheiros. E nós precisamos analisar a questão da palavra genocídio, ou seja, se ela se aplica inclusive ao Brasil. Porque se ela se aplica ao Brasil, aí meu camarada, ô meu xará Luizão, nós temos que pensar de outra forma, muito mais contundente, porque aí não seria só uma questão da educação, seria uma questão de filosofia. E nós somos ou não somos a maioria?

No Estado do Espírito Santo, até onde eu sei, até onde fui informado, o número de homicídios tem aumentado. E o nosso Município é aquele que tem 70% de afrodescendentes.

Então, eu acredito que nós éramos para estar até em número maior. E nós temos um relacionamento muito bom com os movimentos dos quilombolas. Era para ter uma representação maior ainda do que esta aqui.

Então, nós precisamos — ouviu leda? —, nas próximas reuniões, fazer uma movimentação mais de fundo. E o poder público tem que investir também por esse caminho, porque é o caminho do nosso desenvolvimento.

E nós estamos num momento muito crítico — ouviu, nosso Deputado Federal? — que é a crise econômica que o Brasil começa a sofrer neste momento.

Isso vai produzir...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Reginaldo Lopes) - Para concluir, companheiro.

**O SR. LUIZ CARLOS MARQUES DOS SANTOS** - ... o agravamento da questão racial no Brasil.

Então, para concluir, eu diria que a iniciativa está oportuna, as medidas têm que ser emergentes em todos esses níveis, olhando o panorama internacional, o panorama nacional e o panorama específico do Espírito Santo, que é um dos mais críticos do Brasil, no que tange à situação do negro.

Eu queria agradecer a atenção, desculpar-me, mas o tempo é curto e o tema é amplo demais.

Obrigado. (*Palmas.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Reginaldo Lopes) - Obrigado, Luiz Carlos.



Sr. Rafael, do Conselho de Juventude, da Comissão dos Direitos Humanos. (Pausa.) Eles colocaram aqui Feijão, não é? É o mesmo, não é? (Risos.) Vocês vejam que ele ficou em dúvida se era ele ou não. (Risos.) Então, popularmente, Feijão.

**O SR. RAFAEL NASCIMENTO MIRANDA** (Feijão) - Boa tarde. Começar aqui é uma coisa que é muito difícil, na verdade. Acho que eu, primeiro, de certa forma, assim como muitos companheiros, sentimo-nos um pouco desrespeitados, pela própria questão do tema.

Eu trago um tema para a gente fazer um processo de discussão, em que há um vício, de certa forma, que — eu chamo isso de racismo institucional, um vício muito grande — a gente, como sociedade civil, sempre ter que falar por último. E falar por último é em relação às autoridades que teriam que ouvir a gente e terem que se retirar. (Palmas.) Há sempre e muito desse processo de acontecer que a Casa comece cheia e, de repente, ela se esvazie.

**O SR. LUIZ CARLOS OLIVEIRA** - É até um racismo, para ver quem vai embora e quem fica aqui.

**O SR. RAFAEL NASCIMENTO MIRANDA** - Sim. Isso é uma coisa que traz para gente uma certa agoniação, que é muito forte, principalmente quando se trata de um tema sobre a juventude negra.

E eu queria tratar o tema justamente de juventude negra. Por que pobre? Ela é pobre porque é negra. Isso é muito difícil de a gente aceitar.

A gente tenta colocar a pobreza com todos os processos, mas a juventude é pobre porque ela é negra; ela está morrendo porque ela é negra.

Eu estou falando isso porque é um processo de retirada de identidade dessa juventude. Não adianta falar nada, não adianta trazer educação, não adianta trazer esporte, não adianta trazer lazer, não adianta trazer nenhuma política pública se a gente não mudar o modelo de ocidentalização — que é colocado em prática dentro do nosso processo —, se não colocarmos de volta, se não retratarmos de volta os nossos processos de identidade.

Isso é provérbio africano. Os nossos ancestrais já diziam: *“Uma árvore sem raiz é como um povo sem memória”*. E é disso que a gente está tratando: de recuperar as nossas memórias, de recuperar as nossas identidades.



Eu passei pelo processo de sistema penitenciário; eu vi o que é lá — vivi. O governo do passado meu deu de presente, e talvez eu tenha que carregar por isso a vida inteira, esse processo. Acordo todos os dias... Tenho tido sonhos, e acordo todos os dias morrendo de tiros e facadas. E quando se olha no jornal são esses jovens negros que estão sendo mortos de tiros e facadas.

A gente está tratando de realidade. Soluções para isso a gente tem mil, e se a gente quiser colocar em prática, isso é fácil de ser colocado.

O Movimento Negro, desde 1500, já vem retratando esse processo de racismo. Eu participei ano passado das oficinas de racismo institucionais que foram organizadas pela SEPPIR. E para mim é amargurante e trágico você ver como os nossos gestores públicos que muitas vezes estão cuidando, como no caso de São Mateus, que aqui no Estado é a cidade que tem a maior população negra. Lá é onde você vê o maior índice de racismo institucional.

Eu saí de São Mateus chorando de ver a quantidade de gestores racistas ali dentro, cuidando de comunidades quilombolas, cuidando daquela maioria do povo negro urbano de São Mateus. E isso não é diferente dentro de nossas comunidades urbanas aqui, da Grande Vitória.

A gente não quer tratar essa questão a sério; não quer. A gente quer dizer o que estão fazendo dela. E é por isso que as pessoas saem. Se a gente tratar aqui de alguma questão que for recurso financeiro que dê dinheiro, que for alguma questão de empresário, eu aposto com qualquer um que isto aqui estaria cheio de representantes públicos, estaria todo mundo aqui. Mas a gente está falando de violência, e é uma violência que não atinge essa comunidade branca. A gente está falando de violência de uma comunidade que, talvez para o sistema seja bom que esteja morrendo, talvez seja um projeto de morte própria do sistema de dizer: é preciso morrer para que a gente consiga se manter em equilíbrio. E olha que isso que eu estou falando... Já se dizia isso em 1960, 1970 — Luiz Carlos está ali de prova, como que é o genocídio do povo negro —; Frantz Fanon e vários outros escritores demonstraram isso cientificamente. E as políticas brasileira e mundial não querem resolver essa questão racial, porque é o medo de perder o poder.

Então, se a gente quer realmente travar essa batalha e falar isso seriamente, é realmente necessário que a gente pense que esse processo de ocidentalização



dentro dos processos de políticas públicas é falido, e se também pensam, assim como o companheiro falou sobre a questão das 14 armas que foram roubadas dentro do Estado, dentro de um batalhão, que isso é uma forma da fragilidade de segurança, eu falo que a fragilidade de segurança está em muitas outras coisas. Talvez isso seja até uma forma de entregar essas armas pelas escondidas ao povo negro para eles próprios se matarem. (*Palmas.*) E é perigoso isso; é perigoso, mas como diz Fanon, se o Estado brasileiro não tomar cuidado, não pensem que nós negros, pobres, estamos sendo oprimidos porque queremos. Não pensem que nós também não enxergamos que o Estado branco é racista, que está nos matando. Fanon dizia: *“Na primeira oportunidade em que o Estado der as costas, esse povo vai se revirar contra ela e vai tomar aquilo que é dela, por direito. Se não se der aquilo que é por direito, esse povo vai tomar”*.

É disso que a gente está tratando aqui. Vamos levar a sério esse processo, gente. (*Palmas.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Reginaldo Lopes) - Obrigado, Rafael, pela intervenção.

Quero dizer que nós estamos buscando ampliar ao máximo o debate. Eu acho que nós vamos, ao término da CPI, em 4 meses, na primeira rodada da CPI, ouvir mais de 500 militantes sociais do Movimento Negro no Brasil e inúmeros, centenas de estudiosos, pesquisadores e também centenas de agentes do Estado. Nós convidamos seis Estados com o maior índice de homicídios, seis com menores, 11 Ministérios.

Portanto, estamos buscando combinar aquilo que eu chamo de democracia direta, que um Brasil dessa dimensão tenha a sua democracia representativa, mas sempre com a responsabilidade e a certeza de que nós não substituímos o povo, combinando a participação direta na elaboração dessa política, até porque a CPI é fruto de uma caminhada histórica do Movimento Negro.

Ao término, nós vamos apresentar inúmeros projetos, bem objetivos, e queremos voltar aos Estados para ouvir e colher contribuições nesses projetos que serão apresentados, seja na PEC, no Sistema Único de Segurança Pública, seja o formato do Conselho Nacional de Segurança Pública, seja no sistema nacional de proteção às pessoas ameaçadas, ou seja, um conjunto de proposições, o plano



nacional, que nós queremos constituir comissão especial para analisar as metas e nós queremos ouvir a sociedade a partir dessas metas. A minha experiência leva a dizer o seguinte: nós estamos fazendo aqui uma tempestade de ideias e é muito rico que seja assim, mas em uma segunda etapa nós queremos sugestões objetivas a cada projeto encaminhado pela CPI e nós queremos, mais uma vez, democratizar esse debate, porque uma tarefa desta Comissão é popularizar o debate sobre segurança pública. Esse debate não pertence aos agentes de segurança pública; esse debate pertence ao povo brasileiro, e lamentavelmente a cultura política do Brasil democratizou discutir saúde, democratizou discutir educação, democratizou discutir assistência social, mas segurança pública deixa só para os policiais.

Por isso, esse debate é tão radicalizado e tão polêmico que às vezes sai até na porrada. Então, nós temos que parar com isso, porque quem recebe a política de segurança pública é o cidadão, e ele tem que receber na garantia de que as forças de segurança pública são garantidoras de direitos, do Estado de Direito no País.

Portanto, quero aqui, Rafael, dizer que com todos os acertos e erros — é evidente que é complexo organizar audiências e tal — o esforço aqui é da melhor das intenções.

Obrigado.

A próxima oradora é Neiriele, que também representa vários movimentos.

**A SRA. NEIRIELE MARQUES DA SILVA** - Boa tarde.

Sendo bem sucinta, vi no *site* da Câmara que este é o segundo Estado em que vocês se fazem presentes e ainda faltam mais cinco.

Quero dar como sugestão, para começar, que o tempo todo foi falado de dados e, por mais que eu acredite nisso, que os dados sejam incontestáveis... Mas a gente está falando de vida, faltam mais quatro Estados.

**(Não identificado)** - Este é o quarto. *(Fora do microfone.)*

**A SRA. NEIRIELE MARQUES DA SILVA** - Este é o quarto já? Então, está errado lá no *site* da Câmara.

A gente está falando de vidas e o tempo todo a gente foi falando de dados, de números, de reincidências e de tantos outros, mas a gente não pode esquecer, porque como cada jovem que cai, vira simplesmente um número e a gente não pode perder isso de vista, porque a gente está falando de vida. Então, se a CPI não tem



noção de que a gente está falando de vida por meio desses dados, a gente já perde muita coisa, já se perde meio caminho.

Entendendo um pouquinho sobre as políticas públicas e fazendo essa relação direta com a mortalidade dos nossos irmãos, a gente precisa falar de recursos para a continuidade, para a implementação e para a reestruturação de qualquer política pública para tentar frear o mínimo que for esse maquinário.

Dentro de tudo o que a gente foi conversando, eu fui me perguntando qual a política que é feita para a população negra, legislação mesmo, que é cumprida. A gente tem a Lei de Criminalização do Racismo, que até hoje a gente não teve uma pessoa enquadrada nesse artigo; a gente tem a 10.639, que é negligenciada; no Estado, a gente tem a Lei nº 7.723, que não é cumprida e acho que quase ninguém conhece essa legislação.

Quem leu o artigo do Frei David, Os sete atos de marginalização do negro no Brasil, ele faz uma análise ótima de todas as leis que marginalizaram o nosso povo: a de 1.724, que proibia o negro de estudar, a Lei do Ventre Livre, a do Sexagenário. Ele faz uma análise crítica disso — isso no passado —, mas quando eu olho para frente e vejo essa votação da redução da maioria penal... Mas quem conhece a história do nosso povo brasileiro, a história realmente do nosso País, jamais votaria a favor de um projeto como esse, ainda mais se dizendo representante do povo brasileiro, porque quem conhece a história do nosso povo não é conivente nunca com uma pauta como essa.

Como sugestão também para esta CPI, acho que é preciso fazer uns diálogos com os conselhos nacionais, Conselho de Segurança Pública, de Igualdade Racial e de Juventude também, uma vez que os seus representantes estão no Estado. Poderia ser visto onde esses representantes estão nos quatro que virão a seguir também, para eles se fazerem presentes dentro desse diálogo, porque os conselhos nacionais dão recomendações, sugestões, orientações para as diversas pautas. Portanto, a partir dos conselhos nacionais, a gente poderia ter vários caminhos abertos também em relação a esta nossa pauta.

Quando a gente vai conversar com qualquer jovem em relação à segurança pública, eles sempre pautam a abordagem policial. Então, que a gente criasse um



protocolo realmente de abordagem da polícia, assim, porque não dá para cada um atender como bem quer e a partir do seu critério de abordagem.

Ainda o nosso secretário falou que os dados não são confiáveis, porque sempre dá uma abertura, e a gente está usando os dados do DATASUS. Então, que o Estado do Espírito Santo crie algo inovador em relação a isso, que estruture algo que possa servir de exemplo para os nossos outros Estados também, uma vez que a gente tem esses índices altíssimos, que a gente, então, avance no que for preciso para frear esse maquinário.

Uma coisa que me deixou extremamente triste nesta CPI e que é um reflexo profundo do que acontece na sociedade capixaba é a ausência da assistência social. A gente teve a presença do nosso Secretário Álvaro, do nosso Secretário André Garcia, mas a nossa Secretaria de Assistência, que infelizmente é assistência, e infelizmente também, por outro viés, é a única que chega dentro de cada bairro, por meios dos CRAS, dos CREAS ou dos serviços de convivência como um todo. E neste debate, tão importante e tão fundamental, a nossa Secretária de Assistência Estadual e de Direitos Humanos ainda do Estado não se faz presente. Então, isso já é um reflexo muito grande do que é o Estado capixaba em relação à mortalidade dos nossos jovens.

Eu quero trazer aqui também, só para finalizar a minha fala, uma frase de uma companheira de São Paulo, das Mães de Maio, que são mulheres que trabalham diretamente, lidam... Como a Débora sempre diz, ela não nasceu militante, ela se tornou militante no momento em que ela perdeu o filho dela. E ela diz sempre que os nossos mortos têm voz. Então, os nossos mortos capixabas têm voz. Então, que a gente possa escutar os nossos movimentos sociais, a nossa sociedade civil, para que a gente consiga avançar de fato e não de brincadeira ou simplesmente estruturar uma CPI porque deve ser estruturada, não, mas que ela tenha realmente um reflexo, porque não dá mais para viver há 500 anos, mais de 500 anos em um solo brasileiro em que essa prática é permitida. A gente está falando de vidas, de sonhos e de um futuro brilhante para o nosso País. Então, que aqui realmente haja um movimento de ruptura desse genocídio da nossa sociedade brasileira.

Obrigada. *(Palmas.)*



**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Reginaldo Lopes) - Obrigado, Neiriele.

Só quero dizer que o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada — IPEA está aqui, nós levamos o IPEA à CPI. É evidente que o custo econômico todo mundo conhece: 258 bilhões de reais com a política de segurança. Para se ter uma dimensão do que isso representa, nós gastamos no sistema educacional no Brasil 130 bilhões de reais e gastamos, nas três políticas, vamos dizer, primárias de alta complexidade, na saúde, 110 bilhões de reais. Então, nós gastamos muito mais com segurança pública do que nós gastamos com saúde e educação.

Do ponto de vista social que a CPI está apurando, não dá para mensurar, é imensurável a perda de um jovem, porque se arrancam daquela comunidade, do seio daquela comunidade, uma esperança e uma possibilidade de futuro. E, se fossemos dizer aqui, Neiriele, quem é vítima dessa violência, já que os nossos mortos têm voz, mas também têm gênero, diríamos que quem paga a conta são as mulheres, são milhões de mulheres, porque já matamos mais de 1 milhão, em 30 anos. São milhões de voz de mães, de viúvas. E se tende a se repetir o ciclo da pobreza, porque fica uma viúva com vários filhos, e o Estado não tem reparação de dano do ponto de vista psicológico; nem quero dizer financeiro, apesar de que não dá para reparar, é imensurável, mas nem no financeiro há uma reparação, menos ainda no psicológico. Portanto, nós temos aí uma vítima, as mulheres negras, que estão sendo abandonadas pela morte dos companheiros, dos filhos, dos pais, que são os homens negros.

Quero convidar o próximo orador, Alexandre Bonfim, do Levante Popular da Juventude.

**O SR. ALEXANDRE BONFIM** - Boa tarde à Casa, aos senhores! A minha primeira colocação é sobre o Deputado Delegado Edson Moreira, que é a favor da redução.

A primeira coisa é que essa redução não vai afastar o jovem da criminalidade, simplesmente vai levá-lo para um presídio, para um sistema burguês, e isso é muito bom para o sistema porque a geração de lucro é muito maior.

Um dado que eu acho muito interessante: com um aluno é gasto cerca de 920 reais por mês, enquanto que com um presidiário é gasto 1.300 reais. Ou seja, se



essa diferença fosse aplicada em educação em vez de num presídio, daria muito mais resultado do que levar a pessoa à cadeia.

Essa redução da maioria penal é só mais um elemento do genocídio da juventude negra, sendo que a PM é uma herança da ditadura, que mata e criminaliza o povo negro, especialmente a juventude negra. Tudo isso sustentado por um sistema político — desculpe-me se eu vou ofender alguém — podre, que não representa o povo e só representa os interesses de grandes empresas, principalmente internacionais, que vem passando por cima da juventude negra e não garante nenhum dos direitos que nós merecemos.

Só para deixar uma coisa bem clara: a juventude do gueto está contra o extermínio dos pretos!

Muito obrigado. (*Palmas.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Reginaldo Lopes) - Obrigado, Alexandre.

Concedo a palavra ao próximo orador Luiz Carlos Oliveira.

**O SR. LUIZ CARLOS OLIVEIRA** - Um axé para todos e todas!

Esse tempo hoje é fundamental, uma luta nossa secular. Eu acho que, se falarmos em genocídio, nós vamos nos remeter ao primeiro negro que aqui chegou; aliás, ao europeu. Vamos colocar o europeu chegando ao continente africano. Falando em genocídio, nós vamos justamente fazer uma rápida observação. Como foi isso lá na África? Como pensaram? Quem estava lá? Quem pensou nisso? Ali estavam Igreja Católica, governos, reis, várias forças que realmente foram ao continente africano para extrair o negro de lá, roubar tudo de lá para trazer para a Europa e para as Américas. Então, nós não podemos entrar num tema desses no Brasil. Conquistamos isso no Brasil, chegamos a esse ponto.

Quero parabenizar a Comissão. Quando eu fui convidado para vir hoje aqui, eu estava em Brasília, na segunda-feira e na terça-feira, e uma amiga falou: "*Luiz, vai acontecer, em Vitória, alguma coisa de CPI, uma CPI e tal*". Eu falei: "*Esse negócio de extermínio, eu não vou, não*". Eu pensei cá comigo: "*Eu não vou lá, é mais uma CPI, o movimento negro não acredita mais em negócio de CPI e tal*". Quando eu olhei direitinho, vi que a CPI é sobre genocídio da juventude negra, e eu falei: "*Opa!*" Então, eu parabenizo os Parlamentares.



Já conquistamos algo, em 2015. Nós começamos na década de 70, aqui no Brasil, denunciando o racismo. Nos anos 80, o Estado já começou a balancear um pouco; nos anos 90, assumiu mesmo, oficialmente, que existe racismo. O Estado brasileiro: *“Existe!”* O Governo Fernando Henrique, aquele pessoal: *“Existe mesmo. Vamos criar comissões, vamos criar grupos de trabalho para trabalhar contra o racismo”*. Então, foi uma conquista, nós conquistamos isso. O movimento negro brasileiro conquistou isso no Brasil.

E hoje vejo uma CPI, uma Comissão de Parlamentares, de Deputados Federais! Eu fico feliz, porque é importante trazer para a discussão a questão do genocídio. Não é extermínio, é genocídio. Há vários grupos de extermínio. Agora, genocídio é uma coisa que envolve o empresariado, envolve os intelectuais, como a Cleyde que estava aqui, da Academia, envolve o Parlamento, envolve as igrejas, a religião cristã — branca, judaica e cristã. Nós vivemos dentro de uma estrutura branca, judaica e cristã. Não adianta fugir disso, senão, não vamos fazer política para negro. Nós temos que ver que o racismo é institucional, estrutural e social.

Nesse racismo estrutural, nós vemos que tudo isso aqui é de pensamento branco, judaico e cristão. Se formos atender 51% da população brasileira, nós vamos realmente fazer um Brasil, uma nação. Nós não vivemos numa nação, vivemos num país, porque aqui o domínio é branco. Se formos atender esse segmento, realmente, vai haver uma mudança enorme neste País, enriquecimento, inclusive socialmente, em todos os sentidos, e vai haver alteração. E para fazermos isso, nós precisamos de alteração. Não será dentro de um caixote, de cabecinha pensada, que nós vamos resolver esse tema racial. Não, não, há muita história, há muita história sobre isso, há muita recuperação, muito resgate para ser feito. Então, nós não vamos construir dentro de uma cabeça pequena; a nossa cabeça também vai crescer, nossa cabeça também, trabalhando nesse tema, vai crescer.

Quero só colocar aqui a Lei nº 10.639. Por quê? Porque aqui, no Estado do Espírito Santo, há alguns anos, nós tentamos, no Ministério Público Estadual, principalmente no Federal, pedir o diagnóstico no Estado sobre a implementação efetiva da lei. É preciso colocar essa questão do efetivo. Vocês são da lei, sempre é preciso cobrar efetividade. O órgão público diz que nem é poder público; nós temos que tratar vocês aqui e o Governo como servidores públicos que são pagos pelo



povo. Não pode ser poder. Isso é fascismo, é ditatorial! Vocês são servidores públicos, vocês recebem dinheiro do povo.

No Estado do Espírito Santo, a minha entidade, que estuda a cultura negra, encaminhou e pediu um diagnóstico ao Ministério Público Federal. Bem, ele entrou nas Secretarias Municipais e na Secretaria Estadual. Encaminharam a eles uma caixa de material e estava tudo certinho na implementação da lei. Nós aqui, praticamente, do Espírito Santo, reprovamos isso. Eu falei: *“Isso aqui eu já conheço há décadas, desde a década de 80, a gente está trabalhando essa questão da educação”*. A gente sabe que a resposta é: *“Não, o que está acontecendo é que mandaram uma pessoa bater um tambor, e a pessoa foi lá, falou uma poesia, um negócio, e está implementada a lei”*. Bem, eles responderam dizendo que estava tudo certo. O Procurador Pimentel, do Estado, disse: *“Está tudo bem no Espírito Santo”*. E ele falou: *“Olha, não está bem”*. Só que ele mudou para Brasília, meses depois, voltou, porque lá existe a Comissão Técnica Nacional de Diversidade para Assuntos Relacionados à Educação Afro-Brasileiros — CADARA.

Tenho o prazer de estar participando agora dessa Comissão, que trata da implementação efetiva da Lei nº 10.639, no Brasil. E a CADARA, anos atrás, reprovou isso: *“Não, não está sendo implementada”*. Olhou a papelada toda: *“Não está”*. Voltou. Mandou novamente para nossa entidade: *“Escuta, voltou de Brasília, o que vocês querem que a gente faça?”* Nós pedimos várias ações do Plano Nacional das Diretrizes Curriculares da Educação Afro-brasileira. Pedimos aquilo, só que em âmbito do Estado e em âmbito nacional falaram: *“Olha, Luiz Carlos, já está na hora de pedir a judicialização”*. Nós pedimos a judicialização das instituições de ensino do Estado que não implementaram a Lei nº 10.639. Além disso, há indenização para os militantes negros. Este aqui está a 15 anos quase de sapato furado, para implementar a lei, e nós somos totalmente desrespeitados, e as entidades negras também indenizadas.

Conclusão: soube que ele arquivou, mas, na reunião em que eu estive, segunda-feira e terça-feira, em Brasília, nós, entidades do movimento negro, umas três entidades negras autônomas — as entidades dos movimentos também têm isso, são autônomas —, decidimos sair com um documento que estamos elaborando. Já articulei isso, já estamos começando a escrever em âmbito nacional



um documento que vai ser mandado para o Janot, um grande lá da Procuradoria-Geral. Vou fazer uma carta pedindo o diagnóstico do Brasil sobre a implementação efetiva da Lei nº 10.639, para que nos responda, já dando algumas dicas. Eu já pedi orientação dos amigos das entidades, para botar ali alguns pontos. Eu dei umas ideias, fundamentais para não responderem coisas evasivas. Senão, a Secretaria de Educação vai responder coisas evasivas.

Concluindo, queria falar para o nosso Secretário que, no Espírito Santo, em âmbito nacional, o pessoal do movimento quase não gosta de mim, porque meu campo é reduzido. Nós não aceitamos muito os puxadinhos afrogobernamentais que existem em vários Municípios, em Serra e Vitória. Em Vitória, eu soube até que ele está acabando. Se for verdade, ótimo. Alguém aqui falou de se resgatar a questão de gerência e tudo. Isso aí é puxadinho afrogobernamental. O importante seria, se pudesse — vai a recomendação —, discutir a criação de uma coordenadoria estadual, com Estados e Secretarias, ligada a sua Secretaria e não a direitos humanos, ligada a sua Secretaria de Gestão Estratégica, para que cinco, seis ou dez pessoas bem preparadas pudessem fazer uma articulação com todas as Secretarias para implementar políticas na saúde, na cultura, na educação.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Reginaldo Lopes) - Conclua, companheiro.

**O SR. LUIZ CARLOS OLIVEIRA** - Seria bom se pudessem chamar a gente para uma reunião. Agora, chamar esse campo, porque outros podem ser, mas arrumar uma mesinha, botar um negrinho, um empreguinho, ganhando um salário, não. Eu defendo estruturante. O.k.?

Obrigado. *(Palmas.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Reginaldo Lopes) - Muito bom, Luiz Carlos Oliveira.

**O SR. LUIZ CARLOS OLIVEIRA** - Desculpem-me por ter passado do tempo.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Reginaldo Lopes) - Obrigado.

Com a palavra Marcelo Burnam. *(Pausa.)*

O senhor vai falar em nome dele. Qual é o seu nome? *(Pausa.)*

Com a palavra Ucristefam Oliveira.

**O SR. UCRISTEFAM OLIVEIRA** - Boa tarde! Meu nome é Ucristefam. Eu faço parte do Coletivo Periferia Resiste, do Bairro Jardim Carapina. Venho falar aqui



um pouco — como a sociedade civil está tendo oportunidade de falar um pouco sobre a sua visão das estratégias do Estado — sobre as escolas, a visão que os jovens da nossa comunidade têm das escolas.

Os jovens, hoje em dia, não estão contentes de ir à escola. Por quê? Eu estive na escola um dia desses, e a escola parece mais uma prisão. Ela é gradeada, tudo é gradeado, as cores são tristes, fechadas. Os jovens hoje em dia não estão à vontade, não se sentem cativados para irem à escola e não veem na escola o futuro. Você chega ao jovem e pergunta: “*Estuda?*” “*Estudo.*” “Mas você estuda para quê?” “Não sei. Obrigam-me a ir à escola.” Os jovens hoje em dia não veem futuro na escola.

Falando de periferia, falando de criminalidade, o jovem vê o trabalhador, o pai de família, trabalhador, sair às 5 horas da manhã de casa, chegar à tarde, trabalhar, suar para ganhar o salário mínimo. Assim é difícil criar sua família. Em paralelo, ele vê o lado da criminalidade andando bem, andando de carro, andando de moto. Para o jovem, esse criminoso está no topo da cadeia alimentar. Não existe exemplo. Para os jovens das comunidades, não existe um exemplo bom a seguir, pessoas que fizeram faculdade, pessoas que têm estudo, porque é o estudo que traz futuro para as pessoas. O jovem não consegue enxergar esse futuro. Por quê? Porque, na escola pública, ele não consegue se preparar para fazer uma faculdade pública. Ele termina o ensino médio, quando consegue terminá-lo, a opção é fazer o ENEM e seguir uma faculdade particular, mas a mensalidade de uma faculdade particular é o salário mínimo. Como ele vai conseguir continuar estudando se não vai ter como pagar?

Normalmente, como já foi dito aqui, com a morte do negro, com a morte do pai de família, a mãe não consegue criar bem os seus filhos. Então, a partir dos 16, 17, 18 anos, o indivíduo já pensa em trabalhar, porque trabalhando vai conseguir ajudar a sua mãe. Seguindo essa vida de trabalhador, ele não vai conseguir continuar estudando.

Eu acho que uma das medidas que poderia ser tomada — eu não sei em que nível — seria a melhoria do ensino, construção de mais escolas. Que a faculdade pública tenha mais vaga. É preciso haver mais faculdades para abrir portas para todos os integrantes das comunidades.



No Coletivo Periferia Resiste, a ação é cultural. A gente tenta trazer uma nova visão para esses jovens através da cultura — dança, música, pintura e lazer. Eu acho que deveria haver também esse investimento na própria escola pública: mais cultura, mais lazer.

Graças a Deus, eu passei algum tempo na Europa. Eu estudei numa escola europeia, tanto o ensino médio quanto parte da faculdade. Não consegui terminar a faculdade lá. Então, voltei para o Brasil para poder termina-la aqui. Há 3 anos eu estou no Brasil, até agora não consegui nem ingressar numa faculdade. Então, existe certa dificuldade, certa burocracia que eu acho desnecessária.

Em relação à maioria penal, do meu ponto de vista, a responsabilidade deve ser dada a quem deve ser dada. Não é do jovem a culpa por integrar o crime. Às vezes, é a opção que ele tem. Foi até dito aqui que tem que dar responsabilidade a eles. Pronto, não importa. O jovem entra no crime por uma opção, mas é por não ter outras, o jovem não tem outras opções. Ele não consegue seguir sua vida, através do trabalho, de uma boa profissão. Jovens com talentos, pessoas com talentos, com já foi dito aqui, se perdem. Por quê? Eles têm jeito para música, mas, na escola, não têm acesso à cultura, não conseguem aprender mais.

Então, a falta de visão para o futuro desses jovens os leva a integrar o crime. Eu acho que, na escola, deveria haver uma disciplina, uma matéria, mais cultural, algo que trouxesse outra opção para os jovens além da criminalidade.

Era só isso.

Muito obrigado. *(Palmas.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Reginaldo Lopes) - O próximo orador é o David, o popular Marrom MC.

**O SR. DAVID ROBERTO DE CASTRO** (MC Marrom) - Muito obrigado pela presença de vocês. Se vocês estão aqui, para mim, isso quer dizer que está havendo uma importância para o que está acontecendo. Ao nosso amigo que disse que é a favor da redução da maioria penal o que eu tenho a dizer é: eduque as crianças e não precisará punir os jovens e os adultos. O.k.? Muito obrigado.

Sou poeta. Fiz uma canção que foi elaborada pelo o que eu passei.

Aumenta o som, por favor, que daqui não dá para ouvir.

Muito obrigado.



*(É executada a música Da Cor da Noite.) (Palmas.)*

**O SR. DAVID ROBERTO DE CASTRO** (MC Marrom) - Valeu. Eu queria concluir com uma história que seria cômica se não fosse trágica. Eu estava no norte do Estado, morando lá, trabalhava numa lanchonete, à noite, de 7 horas até às 6 horas, 8 horas da manhã. Do lado, em Guriri, há um DPJ, não sei se muita gente sabe. Há um quiosquezinho ali que vende lanche, e eu era o chapeiro. A polícia ia lá e comia o lanche de graça. Nós dávamos o lanche, e eles faziam a segurança e tal. Certo dia, chegaram dois policiais lá. Pediram o lanche. Eu fiz o lanche deles, dois x-tudo, um para cada um. Peguei, embalei, dei nas mãos deles. Eles pegaram e foram para o DPJ. Passaram cerca de uns 10 minutinhos, eu saí, sentei na cadeira. De repente, os dois para quem eu tinha feito o lanche me colocaram na parede e me revistaram, perguntaram o que eu estava fazendo por ali.

*(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)*

**O SR. DAVID ROBERTO DE CASTRO** (MC Marrom) - Exato. Eu acho que eu coloquei pouco bacon.

Eu quero também agradecer o convite do meu amigo Alexandre Lennon, que me avisou que haveria isso aqui, e ao Vinícius, do Sama 7 Alternativo.

Nós vamos lutar! Não vamos desistir! Vamos resistir igual ao Nelson Mandela; vamos no organizar igual ao Carlos Marighella. Nós não vamos desistir!

Muito obrigado pela oportunidade.

Valeu por todos vocês estarem aqui. *(Palmas.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Reginaldo Lopes) - Muito obrigado, Marrom MC, pela contribuição e também pelo rap.

Com a palavra Vinicius Gomes, do Sama 7 Alternativo.

**O SR. VINICIUS GOMES** - Boa tarde a todos e a todas, aos guerreiros que ficaram aqui até o final!

Eu quero cantar um trequinho de uma música também.

*“Se eu fosse aquele moleque que se arrisca no sinal por menos de 1 real, minha chance era pouca.*

*Mas e se eu fosse aquele moleque de touca que engatilha e enfia o cano dentro da sua boca?”*



Esse é o sistema que o Governo nos ofereceu ao longo desses anos. E hoje existe uma guerra nas comunidades periféricas de nossas cidades, principalmente de São Mateus, que é a principal cidade de cultura negra do Espírito Santo.

Bom, vamos lá. Eu vou falar de soluções para essa grave crise que está assolando o nosso Estado. Somos o segundo Estado com mais mortes. Eu moro na segunda cidade em que mais se matam jovens negros de periferia.

Eu quero falar dos jovens de São Mateus, os jovens periféricos. Quem conhece São Mateus sabe que a cidade é meio atrofiada dentro das suas comunidades; tudo é muito próximo: Porto, Cacique, Ideal, tudo muito próximo. Ao longo de 5 anos, mapeamos e catalogamos todas as expressões culturais de São Mateus para poder trazer a público o modo como essa juventude mapeada trabalha. E vemos uma coisa muito grave em todas as comunidades pobres periféricas de negro: as bocas de fumo. Abre-se muita boca de fumo; fecha uma aqui, a polícia dá uma batida, fecha uma aqui, abre outra ali. E vemos principalmente que não se abrem alternativas para o jovem periférico adentrar no mundo social.

Uma arma de fogo, hoje, um 38, com o seu tambor, consegue atingir 8 tiros. Se pegarmos uma caixa de som e um microfone, conseguimos atingir uma juventude cultural e salvar muitos jovens. Então, é preferível, através da cultura, através da arte, através do som, através de cada potencial jovem que tem na sua comunidade, transformar o jovem em um cidadão cultural a transformá-lo num cidadão criminoso. Sim, isso rende. Como o nosso amigo falou, isso rende mais para o cofre público do que investir em cadeias para poder botar esse jovem criminoso. É muito mais simples colocar ali uma caixa de som e botar uma juventude para cantar, fazer poemas, se expressar. Isso sai barato, é barato: com mil reais, 2 mil reais se consegue um coletivo periférico trabalhando em prol de cada comunidade muito maior, com problemas sociais sendo combatidos, ajudando a própria polícia a combater esses males sociais da periferia.

No centro de São Mateus, no coração da nossa cidade, existe um coreto da praça. Nós transformamos aquele coreto num centro de múltiplas linguagens. São desenvolvidas ali atividades culturais para diversos jovens carentes, negros de periferia, homossexuais, enfim, pessoas para vocês verem e estudarem. Isso está embasado num estudo, num documento que depois eu posso passar para qualquer



um presente nesta Casa através de *e-mail*. Além do relatório, temos também um projeto que vai mostrar uma direção, vai dar não a solução completa, mas direcionar, de repente, o Governo a buscar essas ações em Brasília, em seus governos, em suas coligações.

Eu não sou de nenhum partido político, meu partido se chama juventude. Eu luto por ela junto com outros jovens de São Mateus. Hoje aqui representado veio Alexandre Lennon, Alexandre Bonfim. Encontramos aqui o Marrom MC e outros jovens que conhecem o nosso trabalho, como o Adriano. Enfim, há diversas outras pessoas.

Eu quero pedir socorro a outras entidades independentes para olhar por São Mateus e olhar o nosso projeto também, o que estamos fazendo. Há uma organização social, Sama 7 Alternativo. Já levamos um documento para o nosso Vice-Governador César Colnago. Queria tê-lo visto aqui e não o vi, para lhe dar um abraço.

Eu acho que já começa um movimento. Estamos recebendo alguns *e-mails* de interessados em nos ajudar. Vamos esperar mais ainda. Já esperamos 5 anos, mais 5 anos não são problema.

Então é isso, pessoal: salvem os jovens através da cultura que vocês vão ter, no mínimo, cidadãos mais conscientes. O jovem, hoje, com cultura, vai procurar estudar. E vem a questão da educação. Oito balas num revólver representam muito menos do que 30 jovens em torno de uma caixa de som fazendo *rap*, fazendo poesia, distribuindo cultura e trazendo autoestima para sua comunidade.

Quero deixar aqui bem claro também que nós estamos reunindo as tropas de São Mateus, a juventude de lá, para lutar com quem quer que seja. A polícia que for lá nos remover daquele espaço do coreto talvez não vá encontrar facilidade não. Vai ser bem difícil remover quem faz a cultura acontecer em São Mateus. Quero deixar isso claro aqui. A quem puder nos apoiar nessa luta desde já eu agradeço.

É isso. (*Palmas.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Reginaldo Lopes) - Obrigado pela presença, Vice-Prefeita Lourencia Riani.

Passo a palavra para Alexandre Lennon, do Projeto Jovens Abençoados.



**O SR. ALEXANDRE LENNON** - Boa tarde a todos que ficaram! Cumprimento toda a Mesa, os Governadores, os Vereadores e todos que estão presentes para deixar bem claro que essa foi só uma amostra do que a cultura faz através da vida dos jovens, através do que a gente tenta passar por uma música, por uma apresentação de teatro, um jogo de capoeira, que faz parte da cultura, uma apresentação de dança.

Trazendo os jovens para praticar esse tipo de atividade, a gente vai conseguir resgatar vidas. E é isso o que o Projeto Jovens Abençoados tem tentado fazer junto com o Sama 7, junto com o Rap Mateense, levantando aquela bandeira da paz. A gente sempre a tem carregado em todos os lugares que a gente tem ido, fazendo esse gesto — um ato profético —, levantando-a em prol desse coreto lá em São Mateus, fazendo com que alguns líderes políticos enxerguem a gente de uma forma diferente e não como vândalos que estão ali para fazer um grafite, mas para dar aula sobre estudo bíblico às crianças, cujos pais, às vezes, não frequentam igrejas, mas querem que o filho esteja ali desenvolvendo uma atividade e se envolvendo com a comunidade, com a sociedade, sem se envolver com as drogas.

Esta a nossa briga maior: que eles se envolvam nessas atividades alternativas, largando o crime, deixando o tráfico de lado, deixando de cometer um crime, um assalto, coisas bem reais na vida de todos. Estamos deixando bem claro que este é o nosso objetivo: atuar através da cultura, do esporte, do lazer, da arte, do turismo e da juventude, levando sempre a palavra de Deus, independente de religião, de crença, para resgatar — é este o objetivo — vidas para poder criar novos cidadãos.

Eu queria ser bem breve e deixar na mesa um pedido com o nosso Deputado Jorge, que é de São Mateus e já deve ter visto algumas apresentações ou ouvido falar desse projeto de criação do centro alternativo. Pedimos o seu apoio, Deputado Jorge, e o dos outros. Eu sei que não vai adiantar ir até o Prefeito, mas vindo aqui, eu sei que a gente conseguiu o que queria: a oportunidade de mostrar esse trabalho. O que a gente não teve lá está tendo aqui: a oportunidade de sair. Agradeço ao pessoal do CRAS — Centro de Referência da Assistência Social, que chamou, convidou a gente para poder fazer uma participação num evento relacionado ao abuso contra crianças, a juventude e o adolescente. Agora, há uma semana, foi a



movimentação, a passeata, que teve apoio da própria Prefeitura de lá. Às vezes, a nossa falta não é nem por verba, é por falta de condição de fazer as ações acontecerem. É por uma caixa de som, como disse o Vinícius; por um microfone de qualidade para o MC apresentar, falar aqui e poder ser ouvido, tocar o coração de quem escuta uma letra dessa. E o resto eu sei que Deus vai nos abençoar! É isso aí. *(Palmas.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Reginaldo Lopes) - Obrigado, Alexandre.

Estava falando com a nossa Relatora e com o próprio Deputado Dr. Jorge Silva sobre a dificuldade de se alocar recursos para a questão cultural. E, também, mesmo quando se aloca recurso, por emenda, rompe-se a continuidade, porque demora a conveniar. E cultura precisa de descentralização, precisa de recursos mensais garantidos.

Então, eu estou combinando com a Relatora para a gente priorizar no relatório a votação da PEC da cultura, que propõe o mínimo constitucional na aplicação dos recursos nos Municípios, nos Estados e na União. Sem o mínimo constitucional, todo mundo sabe muito bem aqui — senão, entre aspas, pela “improbidade administrativa” —, aos gestores da política é difícil conseguir recurso para aplicar na cultura. E cultura tem que sair do Estado, do Município e da União, em especial, do Município, para que haja perenidade, para que sejam contínuos os investimentos, senão dá-se a descontinuidade e fica-se liberando empenho e, depois, mais pagamento financeiro.

Quando há envolvimento, por exemplo, com um grupo cultural, com trabalhos em comunidades vulneráveis, como uma roda de capoeira, uma dança, mas não se garantir o pagamento mensal, porque o convênio não foi pago ou não se liberou a questão financeira, rompe-se com a comunidade, porque as pessoas têm vida, têm contas para pagar.

Então, nós precisamos garantir a votação dessa PEC, que eu acho que poderia ajudar, porque empoderaria os movimentos culturais permitindo-lhes exigir dos gestores uma aplicação mínima. Sempre há aquela desculpa de que não há dinheiro. De fato, há até pouco dinheiro mesmo, mas, com o pouco, tem que se priorizar a cultura, que é uma forma de consolidar a nossa identidade enquanto povo, enquanto Nação.



Obrigado pela presença! (*Palmas.*)

O próximo orador é o nosso Coordenador da Pastoral da Juventude de São Mateus, o Sr. Miclécio Rodrigues Batista. Há mais três inscritos.

**O SR. MICLÉCIO RODRIGUES BATISTA** - Eu vou ser bem objetivo na fala aqui, para ser bem rápido.

Eu gostaria de cumprimentar todos da Mesa e dizer que nós, da Pastoral da Juventude de São Mateus, ao longo dessa caminhada de quase 30 anos, sempre estivemos atentos e vigilantes ao extermínio de nossos jovens.

Desde 2009, com o lançamento da Campanha Nacional contra o Extermínio da Juventude... E aqui eu gostaria de ressaltar: qual vai ser a próxima nomenclatura para que a gente dê mais atenção a esse assunto? Uma indagação seria: como a gente faz para diminuir a taxa de mortalidade dos jovens pobres e negros? Não se investe em cultura, em lazer e em uma educação de fato eficaz, porque, ultimamente, no nosso Estado, está se investindo em educação mais no lado tecnológico, mas, para formar um cidadão consciente, crítico, isso não tem sido levado em conta.

Em 2007, quando entrei para a Universidade Federal do Espírito Santo, no curso de Matemática, em São Mateus — eu gostaria de compartilhar com vocês —, dentre os 12 cursos que havia dentro da universidade, e hoje são mais, só havia dois negros: eu, no curso de Matemática, e outra colega, no curso de Enfermagem. Aquilo me assustou muito, porque, até no ensino médio, havia muitos negros, porque, em São Mateus, a maioria da população é negra. Então, eu me vi no meio de gente, na maioria, de jovens brancos daqui de Vitória, que não conseguiram vaga na universidade daqui e foram para o interior. E lá eles então moravam e estudavam. Então, chegando lá na guarita, uma vez também aconteceu de o guarda me parar e, nesse sentido, perguntar: “*O que você está fazendo aí?*” Então, eu percebo que, nessas questões, a gente tem muito a conversar, muito a dialogar. Muitas coisas já foram feitas, e a gente espera que seja feito muito mais.

Obrigado. (*Palmas.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Reginaldo Lopes) - Obrigado, Miclécio Rodrigues, pela contribuição.



É bom dizer que a política de cotas nas universidades é uma política vitoriosa. Nós saímos de 2% de negros na universidade para 10,8%. Como nós estamos falando das ausências do Estado, é bom também ressaltar aquilo que é positivo, até porque quem não conhece tem o senso comum de ser contra cotas, mas a política de cotas tem confirmado a política de inclusão dos negros. E agora nós temos a política de cotas no serviço público, nos Executivos. E, no dia da Abolição da Escravatura, eu apresentei um projeto para política de cotas no Legislativo e no Judiciário, porque é uma vergonha que o Legislativo, que aprovou política de cotas no Executivo, não tenha aprovado para as carreiras no Legislativo. Então, nós apresentamos o PL na comemoração dos 127 anos da Abolição da Escravatura.

**O SR. LUIZ CARLOS OLIVEIRA** - O movimento é pela permanência nas universidades.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Reginaldo Lopes) - Lógico.

*(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Reginaldo Lopes) - Você sabe que a política de assistência social é uma coisa nova deste Governo? Eu fui líder estudantil, e não existia nenhuma política de assistência social. Não basta a entrada, nós queremos a permanência. A permanência requer uma política de assistência estudantil. Hoje, eu posso dizer que estamos aplicando bilhões de recursos na assistência estudantil — antes, nenhuma —, na questão dos restaurantes, das moradias. É evidente que nós queremos mais. Quando eu ressalto aqui que não havia, não quer dizer que nós estamos satisfeitos. Como diz o mineiro Guimarães Rosa, “*um homem satisfeito dorme*”. A insatisfação é a base das grandes mudanças. Que nós todos sejamos insatisfeitos, permanentemente!

Quero passar a palavra ao Tiago, da União Geral dos Trabalhadores — UGT/Espírito Santo. *(Pausa.)* Ausente?

Então, vamos passar ao próximo, o Sr. José Santana David, Conselheiro da Sociedade Civil Organizada.

**O SR. JOSÉ SANTANA DAVID** - Sras. e Srs., desculpe-me a posição aqui, porque eu vou ficar de costas para alguém.

Eu sou o Conselheiro José Santana. Eu sou da criança e dos adolescentes, sou da assistência social, sou Conselheiro também da saúde, da educação, com



ênfase na educação, na parte da criança e do adolescente. Também sou do CONDEF — Conselho Municipal dos Portadores de Deficiência, que é a parte dos deficientes, que também é uma turma muito excluída.

Eu queria falar algumas frases aqui. Desculpe-me a maneira de eu falar, porque não me preparei para vir aqui, mas é o seguinte: foi falado tudo, mas, dentre tudo o que foi falado, eu quero fazer um reforço, uma redundância das falas importantes para a sociedade, para o jovem negro, para o jovem pobre. Há pessoas que falam aí da história do Brasil. Eu fico muito feliz quando há pessoas que relatam isso. Eu quero dizer o seguinte: primeira coisa, não à redução da maioridade penal para o jovem — eu não sei falar direito, mas vocês estão entendendo o que eu quero dizer —, e, sim, escola, esporte, cultura e lazer. É disso de que o jovem precisa. Quando falam “*o estudo é que eleva as pessoas*”, é normal. Mas nós temos vários tipos de profissão, como pedreiro, eletricista, bombeiro, mecânico e por aí vai. E isso não está sendo dado ao nosso jovem, não. Há muitos cursos técnicos e faculdades, e parabéns para quem se lembrou disso. Eu poderia dizer que me dou por satisfeito, porque formei meus filhos em curso superior, até em bons cursos, mas não estou olhando para a minha parte, eu estou olhando para o que acontece na sociedade.

Querem reduzir a idade da maioridade penal, querem impor isso, mas eu tenho uma sugestão. Em vez disso, que se dê oportunidade a essa juventude negra e pobre, porque o cara nunca foi nada, os avós não foram nada, os pais não foram nada e eles também, se bobear, não serão nada, com todas as oportunidades que estão aí. Então, invertam!

Não sou contra mexer no Código Penal. Se o cara praticou um crime hediondo, um crime sério, ele tem a penalidade dele até os 18 e, dos 18 em diante, ele vai continuar como? Se caso esgotar o prazo com 18 anos, depois, ele vai pagar uma indenização à família ou à vítima. E, se esse cidadão que ele vitimou foi levado à morte, se o cidadão tiver 20 anos, se forem 80 anos de vida, que ele pague não os 30 anos, igual à penalidade brasileira, não, mas 60 anos para a família desse cidadão. Invertam! Tem cara que está indo preso e ainda fica batendo palma: “*Eu estou aqui, mas todo mundo lá em casa está apoiado, e eu também*”. Invertam! Há muitas empresas aí para tratar das margens, das estradas, para ajudar a construir,



fazer limpezas em obras públicas. Poderia existir colônia agrícola para ele produzir o próprio alimento e mandar para o presídio, cuidar dos esgotos, dos valões, das capinas, dar esse tipo de penalidade a esses caras, porque nem todo jovem está nisso porque ele quer. Mas, se prender esse cara, ele não vai aprender nada e vai sair de lá pior do que entrou e vai praticar de novo, porque ele não tem uma profissão, ele não tem nada.

Nós estamos na época do consumismo, do eu, e ninguém está nem aí para aquele que está sofrendo e que vem sofrendo desde o início da história brasileira.

Era só isso, minha gente.

Agradeço a vocês por terem me ouvido.

E tenho mais uma proposta: unir todo segmento da sociedade. Aqui, nós tínhamos os padres, Deputados, acredito que os empresários, os músicos. Cada um desses jovens tem condições de ser alguém. O que será desta Nação, gente, com 46 milhões de deficientes? Está aqui, há 2 anos eu enxergava, fazia de tudo, era uma empresário, cuidava da sociedade. O que será com 46 milhões de deficientes? Até 2030, serão 30 milhões de idosos, a natalidade só cai, e o número de prisioneiros que estão aí, a cada dia, aumentando a fileira.

Por favor, senhores, eu estou com 65 anos praticamente. Sei que, daqui a 10 anos, um decênio, talvez eu, que estou indo a várias conferências, pois sou convidado, graças a Deus, talvez, eu nem exista. Mas, meus jovens, meus lindos jovens brasileiros pobres e pretos, não se entreguem à criminalidade, não. Lutem, lutem, senhores, lutem, meus jovens que falaram aqui, que cantaram o *rap*. (*Orador se emociona.*)

Eu vou até me sentar, pois estou até tremendo com isso. Ajudem-me. (*Palmas.*)

Gente, é um crime o que se faz com a população negra e pobre! O cara sai de madrugada, e querem culpá-lo, o pai sai de madrugada para trabalhar e a mãe que ganha só um salário mínimo tem de ir também. Com quem ficam essas crianças?

Eu sou defensor da criança e do adolescente, com ênfase à educação e à profissão. Sou defensor da assistência social, dos usuários — não é o usuário de drogas, não, gente, mas o que usa o sistema —, sou defensor da saúde e dos



deficientes, porque ninguém imagina, pois não desejo isso para ninguém. Mas somos também uma turma muito discriminada. Isso é doído na nossa sociedade.

Torno a repetir: hoje, é o consumismo, o “eu sou”. Não vou falar algo que eu acho muito feio, que é tipo uma apologia, mas o que o pobre e preto tem de oportunidade? Ele tem é muita dignidade e muita honra, porque, mesmo pobre, ele continua lutando. *(Palmas.)*

Meus jovens, pelo amor de Deus, puguem para os seus jovens! Eu tenho filhos como vocês, tive a oportunidade de ter um filho advogado, engenheiro, aeronauta.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Reginaldo Lopes) - Conclua, por favor.

**O SR. JOSÉ SANTANA DAVID** - Não quero dizer que me dou por satisfeito, não. Quero todos os jovens brasileiros progredindo.

Muito obrigado, senhores! *(Palmas.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Reginaldo Lopes) - Obrigado, José Santana.

Passo a palavra à penúltima oradora, a Sra. Carmem Nader, do Fórum de Educação de Jovens e Adultos. Depois, ao Presidente do PRB e Vereador, em Vitória, Devanir.

**A SRA. CARMEM NADER** - Depois de alguns relatos, fica até difícil de a gente falar, não quero repetir. Mas alguns, como o que me antecedeu do coletivo da periferia e também o da pastoral, resistem. Quero parabenizá-los pelas falas.

Gostaria de ver meu Estado mais laico. Enquanto a gente estiver brigando embasados em dogmas religiosos, a gente esquece o respeito à cidadã e ao cidadão brasileiro. Então, guardo os meus dogmas e o exercício deles para dentro da minha instituição religiosa. Eu acho que esse tem sido um problema de que a gente precisa também cuidar.

Por que eu falo isso? Da mesma forma como nós temos de cuidar da religião, do candomblé, do espiritismo, nós temos de cuidar de todas, mas aqui nós estamos representando o Estado. A gente vê na escola — e eu estou representando o Fórum de Educação de Jovens e Adultos — e ouve relatos dos jovens e adolescentes na sobrevivência deles, e só quem desconhece a situação dos pobres negros deste País pode ser a favor da redução da maioria. É desconhecimento, é não entender, não compreender, não saber, desconhecer como vive essa população.



Se eu aprendi, na minha infância e adolescência, a cantar em francês, foi porque alguém me ensinou. Se eu aprendi a cuidar da higiene, a não abrir a porta, a preservar, a estudar, foi porque alguém me ensinou. E quando a gente houve relatos de jovens que cumprem medida socioeducativa, que foram “abandonados” pela família, devido à intervenção do Estado, sem cuidar das crianças daquelas famílias, é temerário a gente dizer que aquele jovem fez opção pelo crime. Ele não fez opção pelo crime. Foi o que ele aprendeu, como eu aprendi na minha infância as coisas que eu aprendi. A criança, o adolescente são vulneráveis às informações que recebem. Então, dizer que é opção é delicado, isso. Isso não é opção. Eu não tive opção. Se eu aprendi a cantar em francês, eu não tive opção. Foi porque eu ouvi isso. Eu não estou julgando se isso foi bom ou ruim. Mas estou falando de formação, de constituição, de quem eu me constituí, a partir dessa faixa etária.

Hoje, o que a gente vê, Deputado, é uma redução dos investimentos do Estado, principalmente nas instituições que deveriam acolher e dar alternativa para esses jovens que cumprem medida socioeducativa. A escola que eu represento, onde eu trabalho, na Prefeitura de Vitória, é a única escola que atende a educação de jovens adultos no ensino diurno e noturno. As coisas que a gente ouve deles, por exemplo, sobre os interesses que eles têm de formação, não são contempladas no atendimento que eles recebem.

Hoje, um curso de cabelereiro, por exemplo, em que nós temos jovens interessados em fazer este curso, custa mais de 1,3 mil reais. Eles não têm como pagar isso, o Estado não investe em cursos. E uma de minhas sugestões seria esta: a transparência dos investimentos que têm sido feitos nessas casas de acolhimento dos jovens que cumprem medida socioeducativa, e incentivos fiscais a algumas empresas para que possam tanto ajudar na formação desses jovens, que querem, que buscam, que têm interesse, que têm se esforçado. Nós temos visto, com muito prazer, alguns saindo, cumprindo as suas medidas de cabeça erguida, com dignidade, a partir do atendimento que a gente tem dado, do acompanhamento que a gente tem feito. Mas isso é muito pessoal. Existem grupos de pessoas que se reúnem para ajudar, que acreditam na possibilidade de reeducação.

Eu vou fazer uma denúncia em relação à qualidade das escolas públicas, porque a gente ouve aqui falar das escolas públicas, mas eu não vejo, por exemplo,



escolas públicas estaduais que possam atender a essa população. E quando elas existem, o que acontece ali dentro — e eu posso falar disso com propriedade, do campo do magistério — não é para a permanência daqueles jovens que estão ali.

É preciso que se reveja, que se fiscalize, e que a gente não fique atrás do discurso de que estamos investindo, de que o jovem não quer, de que é oferecido, porque isso não é verdade. Não há atividades que venham contribuir para a formação daqueles jovens que estão ali no ensino médio, por exemplo.

Fico feliz quando algumas pessoas não estão mais educando, como eu ouvi aqui, porque, dependendo de quem está tentando fazer isso, é melhor que não esteja nas escolas.

Obrigada. (*Palmas.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Reginaldo Lopes) - Obrigado, Carmem. Quero devolver a palavra à Mesa. Vou passar a palavra aqui para que todos façam suas considerações finais, começando pela nossa Relatora, Deputada Rosângela Gomes.

**A SRA. DEPUTADA ROSANGELA GOMES** - Senhoras e senhores, boa tarde. Já estamos chegando ao fim da nossa oitava, e eu quero dizer que nós ouvimos atentamente as colocações de todos os que aqui estiveram, representando a sociedade organizada, representando o Estado, e as próprias pessoas interessadas. Não vou dizer que eu saio chocada, porque também sou fruto de uma sociedade desigual.

Vou fazer este parecer aqui — eu não gosto de fazer isso —, mas é preciso ter esperança e acreditar. Alguém citou o Hino Nacional: *verás que um filho teu não foge à luta*. É preciso acreditar que o País tem jeito.

Eu sou filha de pai e mãe viciados, passei parte da minha infância na rua, sei o que é violência, fui criada na favela de Vigário Geral, Parada de Lucas. Conheço fome de frente e de verso; sou negra. Geralmente, ainda hoje, se eu tirar o casaco e botar uma sapatilha, ainda terei dificuldade de entrar em alguns lugares. As pessoas, quando vão me servir, perguntam ao inverso, pensando que estou ali para servir. A gente, infelizmente, ainda passa por muitas questões como essa, mas eu não desisti.



Eu vim aqui também falar um pouco sobre as Igrejas, sobre religião. Eu acho que o nosso Estado é laico e precisamos respeitar todas as crenças. Eu sou evangélica e foi na presença de Deus que consegui mudar a história da minha vida, mas isso não quer dizer que eu não tenha que respeitar as outras religiões, porque eu já fui da quimbanda, da umbanda, do candomblé, do catolicismo. Eu respeito todos e todas.

Agora, eu preciso deixar esta mensagem: eu já vendi água e refrigerante na praia de Copacabana e acreditei no estudo, Deputado Evair de Melo, porque o estudo poderia mudar a história da minha vida e da minha família e poderia me colocar numa vida mais digna.

Faço este relato para que vocês saibam que não estão lutando em vão, que é preciso continuar e acreditar. Vocês não estão lutando em vão! Se eu consegui, todos que lutarem também conseguirão.

Eu queria só falar mais alguma coisa. Eu ouvi alguém falar sobre Mandela, com o qual concordei. Eu gosto de Mandela e o uso sempre como referência. Nós, a população negra, temos um passado que ainda hoje está muito presente na nossa vida, mas, como representamos 51% da população, precisamos também refletir quando chega a hora de irmos à seção votar. Eu sempre chamo a atenção para isto: é no voto que a gente muda a situação.

Nos nossos movimentos negros — eu sou recente neles —, não existe muita unidade. O dia em que o movimento negro for um pouco mais unido, a gente muda a história deste País e até dos Governos. É o que eu percebo no dia a dia quando participo dos movimentos.

Para a última fala, e não ficar descrente, eu acredito muito em Deus e em tudo que eu faço. Ouvi alguém falando aqui que esta é mais uma reunião que não pode ser brincadeira, alguma coisa assim, eu fico pensando: eu não saí do meu Estado, já poderia estar hoje em Brasília, porque nós já fomos convocados, mas estamos aqui e não estamos brincando. Nós queremos produzir um relatório que contemple a vida de todos aqueles que, com muita seriedade, estamos ouvindo. Nós estamos visitando cada um dos Estados.

Eu particularmente tenho sexta, sábado e domingo de muita intensidade no meu Estado de origem e levo muito a sério as segundas, terças e quintas quando



estou no Estado realizando os trabalhos desta CPI, que considero uma das CPIs mais importantes do Congresso Nacional, da Câmara Federal, porque trata da vida de muitas pessoas que estão morrendo hoje.

Como alguém falou, esses jovens que morreram ainda têm voz. E nós estamos aqui falando em nome deles. Quero deixar bem claro aqui que nós trabalhamos com muita seriedade e ninguém aqui está brincando! Essa é a minha preocupação. Eu poderia até resolver não ir àquele Estado, porque esta semana trabalhei muito, ou não ir àquele outro, porque é muito longe. Mas nós nos propusemos a ir a todos os Estados ouvir a todos e a todas, para que possamos elaborar um documento contendo o preto no branco, a verdade. Não tem essa de que é o Governo, não tem essa de que é a sociedade civil. O que nós achamos que tem que estar formalizado, doa a quem doer, nós o faremos, porque estamos levando este trabalho muito a sério.

Por fim, quero cumprimentar todos vocês, que se dispuseram, numa segunda-feira, a largar tudo que estavam fazendo para ficar aqui conosco até esta hora, debatendo, discutindo, ouvindo, falando contra ou a favor, vaiando ou aplaudindo. Isso é democracia e, na democracia, nós temos que respeitar o posicionamento de todos. Só não podemos ir para o pessoal, agora, temos que respeitar o posicionamento de todos.

Eu costumo dizer ainda de forma, talvez, até mais áspera é que vença a melhor proposta, que vença o melhor debate, porque a democracia é fortalecida quando ela abarca e recepciona o direito de todos.

Então, só para deixar essa fala, porque a gente está trabalhando com muita seriedade. E não é a fala de quem, talvez, seja provocado: *“Ah, você fala isso porque é fácil”*. Não, para mim, não foi fácil, como eu sei que não é fácil para muitos. E é por isso que a gente quer fazer este trabalho com muita seriedade e com muita propriedade.

Parabenizo vocês, porque, sem vocês, nós não poderíamos estar aqui trabalhando. Nós trabalhamos para vocês, como alguém falou, porque nosso salário realmente é fruto do imposto de todos nós, e não estamos fazendo mais do que a nossa obrigação. Parabenizo, mais uma vez, todos que estão aqui; todos os funcionários da Casa; a Direção desta Casa, que abriu as portas para que



podéssemos estar aqui; todos os Deputados, como o Dr. Jorge Silva e Evair de Melo; e os Vereadores, que erradamente não citei na minha fala inicial porque eu não os conhecia, só conhecia o Vereador Ricardo. Cito todo o Estado aqui presente, cito todos. Mas deixo bem claro que nosso trabalho será feito com muita neutralidade e com muita verdade.

Muito obrigada, mais uma vez, boa tarde; e muito obrigada de novo pela acolhida do Estado! (*Palmas.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Reginaldo Lopes) - Obrigado, Deputada Rosangela Gomes.

Passo a palavra ao nosso anfitrião, o Deputado Evair de Melo.

**O SR. DEPUTADO EVAIR DE MELO** - Eu vou falar de pé.

Deputado Reginaldo Lopes, na verdade, vou fazer um agradecimento a V.Exa. por ser o Presidente desta reunião. Agradeço também ao Deputado Luiz Couto, nosso homem das orações e que, nas últimas quintas-feiras, temos estado sempre juntos; ao Deputado Delegado Edson Moreira, pela sua presença no Estado; e ao Deputado Reginaldo e à Deputada Rosangela Gomes. Muito obrigado, em nome dos capixabas, por ter sido aberta esta agenda com pauta tão importante para todos nós.

Agradeço também ao nosso Líder de sempre, Deputado Dr. Jorge Silva, que, como eu já disse, tem orgulhado muito o Espírito Santo. Agradeço ainda à militância do meu partido, o Partido Verde, que se mobilizou para convidar muitos de vocês, e aos demais movimentos sociais.

E, para finalizar, Martinelli, sua fala foi muito clara sobre a nossa visão. Agradeço ao Governador Paulo Hartung a confiança e o apoio da bancada, tenho certeza disso. Foi um gesto e um passo a ser dado! Pode contar com a bancada. Nós estaremos com vocês!

Sr. Presidente, para finalizar, acho que nós temos que construir outros valores para produzir riqueza neste País. Sou do setor da agricultura, mas há a indústria e outros segmentos. Acho que o nosso grande salto será quando conseguirmos transformar valores, tradição e cultura em oportunidades para o nosso povo, para a nossa gente, bem como para a construção de questões morais, éticas e financeiras



também. Vai ser mais leve — até citando o nosso Partido Verde — o nosso impacto sobre o Planeta se valores se transformarem em oportunidades.

Então, muito obrigado. Sejam sempre bem-vindos ao Espírito Santo, por esta justa causa! Mas que possam retornar, os nossos vizinhos aqui, mineiros e cariocas, sempre ao Espírito Santo, onde serão muito bem acolhidos! Com certeza, com o nosso trabalho, haverá menos violência.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Reginaldo Lopes) - Obrigado, Deputado Evair de Melo.

Passo a palavra ao Dr. Jorge Silva, também nosso anfitrião.

**O SR. DEPUTADO DR. JORGE SILVA** - Boa tarde a todos e a todas.

Agradeço à nossa equipe de trabalho e a todos os Deputados presentes por esta oportunidade de oferecermos aos capixabas uma discussão tão rica como a que tivemos aqui. Cumprimento os funcionários que acompanham a nossa equipe. Parabéns! Vocês têm dedicado, junto com os Deputados, vários finais de semana a esse trabalho. Não é fácil essa caminhada.

Agradeço ao Martinelli. Espero que nós tenhamos contribuído com o Governo para traçar políticas públicas voltadas a esse enfrentamento, que sabemos ser extremamente difícil. Nós ouvimos coisas importantes, que, com certeza, irão ajudar na montagem dessas políticas públicas.

Enfim, agradeço a todos e à Nilciana, assistente social do CREAS — Centro de Referência Especializado de Assistência Social, que esteve junto com o grupo do Sama 7 e outros que estão aqui. Vamos juntos! Às vezes as coisas estão ruins, mas nós temos que acreditar, temos que nos unir. Este momento foi extremamente importante aqui para podermos construir políticas públicas, principalmente na nossa região, na nossa cidade, onde o mapa da violência está instalado.

Então, coloco-me à disposição para continuar fazendo esta discussão de políticas públicas em todo o Espírito Santo, especialmente no norte do Estado e no Município de São Mateus.

Muito obrigado. Boa tarde para todos. (*Palmas.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Reginaldo Lopes) - Obrigado, Deputado Dr. Jorge Silva, pela participação, pela organização e pela contribuição.



Com a palavra o Deputado Delegado Edson Moreira.

**O SR. DEPUTADO DELEGADO EDSON MOREIRA** - Eu quero agradecer a todos. Eu respeito a opinião de todos, principalmente a opinião de 87% da população brasileira, que querem a redução da maioria penal.

O povo que me elegeu quer e exige que eu lute por isso, e eu lutarei. Na votação espero que vença quem tiver mais votos. Respeitarei a todos, e desta reunião levarei muitos frutos como contribuição a esta CPI.

Quero falar para vocês que militei somente 35 anos na segurança pública, período em que durante 10 anos fui professor universitário. Eu andava 10 quilômetros para ir para a faculdade e mais 10 para voltar, e acordava às 6 da manhã para ir ao emprego. Sacrifício todo mundo tem que fazer para chegar a algum lugar.

Muito obrigado. *(Palmas.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Reginaldo Lopes) - Deputado Delegado Edson Moreira, nós estamos na tarefa de discutir e convencê-lo até o final da votação para que V.Exa. vote contra a redução a maioria penal. *(Palmas.)*

Mas nós respeitamos a opinião divergente. Estamos numa Casa plural e é importante estabelecer o contraditório.

Com a palavra o Deputado Luiz Couto.

**O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO** - Lá na Paraíba, a gente só diz "boa tarde" depois do almoço. Como a gente não almoçou ainda, desejo um bom dia a todos. *(Risos.)*

Quero dizer a vocês o seguinte: a última pesquisa mostra que aqueles que eram favoráveis já chegaram a 80%. Nós vamos discutir, debater e, quando as pessoas compreenderem o que significa a redução, vão se convencer e vão votar contra a redução da maioria penal. *(Palmas.)*

Eu fico triste, porque muita gente acha que a escravidão foi abolida com a lei. Não! Ela continua presente. O racismo é a prova mais plena da presença da escravidão. E é a conquista do povo negro que vai mudar essa situação.

Tem que haver investimento na cultura, investimento cada vez maior na educação, que é fundamental, e em uma espiritualidade de luta que está presente



na vida de cada um de nós. Independentemente de religião, cada um tem a sua espiritualidade, a sua mística de vida.

Nós vemos, muitas vezes, racistas exercendo a função de policial. Como pode um policial, que é pago por nós, dizer: *“Quando eu vejo um negro parado, vejo lá um suspeito. Quando eu vejo um negro correndo, eu sei que lá está um bandido”*? Nós não podemos aceitar isso! É a prova mais plausível da escravidão e do genocídio que acontece entre nós.

Os autos da resistência muitos teimam em querer perpetuar, mas nós lutamos para acabar com isso, porque os autos do genocídio são contra jovens, contra mulheres, contra crianças, contra adolescentes.

Eu termino essas minhas palavras falando como o velho Gonzaguinha, que dizia: *“Viver e não ter vergonha de ser feliz, cantar e cantar a beleza de ser um eterno aprendiz”*. E, quando ele conclui, diz: *“O que é a vida? A vida é bonita, é bonita e é bonita”*.

Não vamos alimentar a cultura da morte, a cultura da violência. Vamos alimentar a cultura da vida, a cultura da paz.

Muito obrigado. *(Palmas.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Reginaldo Lopes) - Obrigado, Deputado Luiz Couto. Eu quero também, antes de encerrar, dizer que, de fato, o grande desafio da CPI é trazer e jogar luz nesse tema, trazer esses casos emblemáticos. Com certeza, a CPI terá que pedir deslocamento de competência para alguns casos que até hoje não foram resolvidos, casos de 20, 30 anos, de chacinas, escrever essa história da redemocratização do Brasil, porque, nesse período em que nós redemocratizamos o Brasil, nós estamos vivendo com uma estatística absurda, estarrecedora, que é a morte de 2 milhões e 400 mil pessoas, 1 milhão e 200 mil em homicídios, 1 milhão em acidentes de trânsito, cujas vítimas são pobres, jovens, negros, em profissões e nessa guerra do trânsito. Temos a guerra do tráfico e também a guerra do trânsito, que mata nossos jovens pobres, com essa falta de política de planejamento urbano. E morrem ainda duzentos e tantos mil em suicídios.

Ou seja, nós precisamos escrever essa história, mas olhar para o futuro também, para não repetir o passado, olhar para o futuro com um conjunto de políticas, com uma nova concepção sobre segurança pública, talvez com um novo



conceito do que seja ordem pública, que ninguém decidiu e nunca a Constituição definiu. Devemos buscar avançar no sentido de mudar essa realidade.

Quando nós começamos, eu já defendia a inauguração de um plano nacional de enfrentamento ao homicídio e violações de direito, um plano para 10 anos, mas hoje, mais do que apresentar um plano de metas decenal, nós precisamos também chamar todos os Poderes para fazer um pacto republicano contra os homicídios no Brasil, um pacto da República brasileira, de todos os Poderes.

Então, eu acho que esse é o desafio. Por isso, faço um apelo tanto ao Governo do Estado quanto à Assembleia Legislativa para que possam definir suas estratégias de maneira democrática, ouvindo a sociedade — o Martinelli está aqui, como Secretário de Assuntos Estratégicos. Eu acho que, para algumas políticas no Brasil, nós vamos ter que fazer um novo pacto federativo, mais do que um pacto federativo. O pacto federativo eu acho que é do século passado, nós temos que fazer um pacto republicano!

Eu mesmo tenho discutido que o pacto federativo brasileiro deveria ser por temas, priorizar aquele que tem compromisso com a mudança, priorizar aquele que tem compromisso com a transformação social. Se o Governo ou o Município têm compromisso de colocar todas as crianças no primeiro ano na creche, devemos ter um pacto republicano; eles devem receber dinheiro a mais; eles devem receber um *per capita*, porque cumprem a função de gestor e de transformador.

Se um governante tem compromisso com a saúde, ele deve receber mais recurso para enfrentar o subfinanciamento da saúde. Se aquele gestor tem compromisso de levar a instituição a todas as comunidades — ruas sem saída, ruas sem iluminação, ruas sem calçadas, ruas sem ciclovia —, fazer um novo projeto de urbanização das periferias, melhorar a qualidade de vida e os instrumentos públicos naquelas comunidades, ali deve haver um pacto republicano e federativo novo. E a questão da segurança pública exige um novo pacto federativo e republicano também.

Então, nesse sentido, eu quero aqui dizer para vocês que nós vamos buscar apresentar os relatórios preliminares e, renovando a CPI, voltaremos — os Deputados Evair de Melo e Dr. Jorge Silva estão aqui — a trazer esses projetos para esta Assembleia e discutir com todos os senhores e senhoras para aperfeiçoá-los.



O processo legislativo é de longa caminhada. Os frutos apresentados pela CPI serão temas de vários debates, seja nas Comissões Permanentes da Câmara dos Deputados, até se transformarem em leis — e vão tramitar no plenário —, seja do ponto de vista de Comissões Especiais, porque, quando tramitam em mais de três Comissões Permanentes, é necessário que se criem novas Comissões Especiais.

A própria PEC da Segurança Pública será fruto de uma nova Comissão Especial, e a nova Mesa, o novo Relator, o novo Presidente, também vão, com certeza, democratizar esse debate com a sociedade.

Portanto, nós estamos aqui de maneira muito determinada, sabendo que nós não somos autores dessa temática. Nós estamos respondendo a demanda histórica dos movimentos negros, que sempre denunciaram que há um genocídio de jovens negros no Brasil. E, se depender de mim, a CPI concluirá afirmando que no Brasil há um genocídio de jovens negros e pobres, genocídio mais amplo do que a palavra *lato sensu*, uma nova definição mais *stricto sensu* sobre a palavra, que não é só o extermínio programado de uma raça, mas, sim, a morte simbólica de um povo que o Estado abandonou na política de profissão diferenciada dos brancos, na política de moradia diferenciada dos brancos, na política educacional diferenciada dos brancos. Eu defendo que nós encaminheemos nesse sentido de definir a questão de genocídio.

Portanto, eu quero declarar aqui encerrados os nossos trabalhos, agradecer a presença de todos os nossos consultores da Câmara dos Deputados, dos Deputados todos aqui presentes, do movimento da sociedade civil organizada, de todos que contribuíram, que falaram, do Governo de Paulo Hartung, na pessoa de Evaldo Martinelli, enfim, a presença de todos que estão aqui, a juventude, os movimentos.

Declaro encerrados os nossos trabalhos, antes convocando reunião para terça-feira, 2 de junho, às 14h30min, na Câmara dos Deputados.

Muito obrigado.

Vão com Deus! (*Palmas.*)